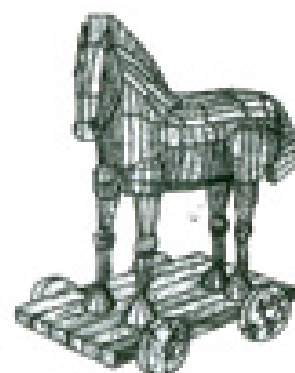

O mundo antigo: economia e sociedade

Maria Beatriz B. Florenzano

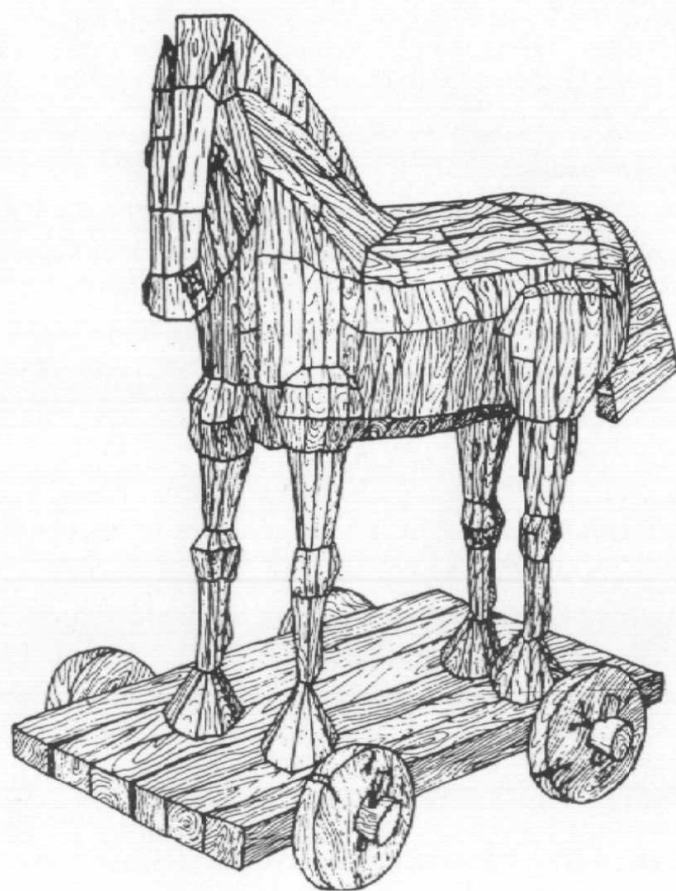


tudo é história

39



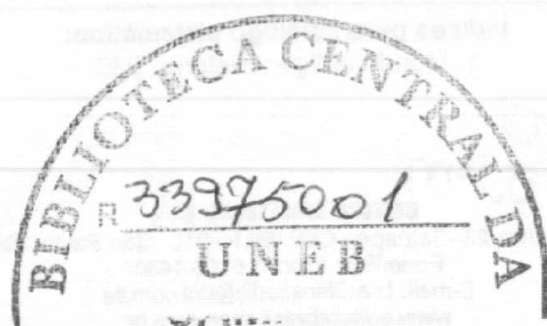
editora brasiliense



tudo é história

Maria Beatriz B. Florenzano

**O MUNDO ANTIGO:
ECONOMIA E SOCIEDADE
(Grécia e Roma)**



editora brasiliense

33 975001

Copyright © by Maria Beatriz B. Florenzano, 1982

*Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia do editor.*

Primeira edição, 1982

13ª edição, 1994

3ª reimpressão, 2004

Revisão: Newton T. L. Sodré e José E. Andrade

Capa: 123 (antigo 27) Artistas Gráficos

81278

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Florenzano, Maria Beatriz B.

O mundo antigo : economia e sociedade (Grécia e Roma)
/ Maria Beatriz B. Florenzano. – São Paulo : Brasiliense, 2004.
– (Coleção tudo é história ; 39)

3ª reimpr. da 13. ed. de 1994.

ISBN 85-11-02039-X

1. Civilização antiga 2. Civilização grega - Aspectos
econômicos 3. Civilização grega - Aspectos sociais 4. Roma -
Civilização - Aspectos econômicos 5. Roma - Civilização -
Aspectos sociais I. Título. II. Série

04-1948

CDD-930

Índices para catálogo sistemático:

1. Mundo antigo : História 930

930
FG339m

editora brasiliense s.a.

Rua Airi, 22 - Tatuapé - CEP 03310-010 - São Paulo - SP

Fone/Fax: (0xx11) 6198-1488

E-mail: brasilienseedit@uol.com.br

www.editorabrasiliense.com.br

livraria brasiliense s.a.

Rua Emília Marengo, 216 - Tatuapé - CEP 03336-000 - São Paulo - SP

Fone/Fax (0xx11) 6675-0188

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	7
<i>Grécia</i>	9
<i>Roma</i>	56
<i>Conclusão</i>	98
<i>Indicações para leitura</i>	102



INTRODUÇÃO

O tema deste livro é bastante vasto, não só pela abrangência do assunto — economia e sociedade —, como também pelo longo período que pretende abordar, aproximadamente do século X a.C. ao V d.C.* Além disto, o espaço físico da civilização greco-romana estendeu-se por praticamente toda a bacia do Mar Mediterrâneo, atingindo regiões interioranas da Ásia, Oriente Médio, África do Norte e Europa Setentrional. Inclui, portanto, uma grande diversidade de povos e culturas que se adaptaram em maior ou menor grau aos padrões da chamada civilização clássica. Tratarei aqui somente do desenvolvimento dos dois principais núcleos responsáveis pela criação da civilização “greco-romana”: a Grécia propriamente dita e a Península Itálica.

(*) Salvo expressa indicação em contrário, todas as datas do presente livro devem ser entendidas como *antes de Cristo*.

Optei por expor apenas algumas das questões que me parecem marcar mais especialmente a economia e a sociedade na antiguidade greco-romana; por um lado, o caráter do regime de propriedade e as formas de exploração da terra; por outro, as formas de trabalho, a escravidão e a relação entre homem livre e escravo.

Ao mesmo tempo, cabe lembrar que a reconstrução do mundo antigo envolve não apenas as costuras dificuldades inerentes à interpretação dos dados, mas fundamentalmente aquelas que dizem respeito à obtenção destes dados. Como se sabe, as fontes escritas sobre a antiguidade são muito escassas, desiguais e lacunosas. Neste sentido, a arqueologia tem tido uma importância sem igual na recuperação de informações e na reinterpretação de muitas situações obscuras da história da antiguidade. Sobretudo a partir do momento em que passou a se interessar também pelos objetos e materiais do cotidiano e a escavar e recuperar a vida humana que se desenvolveu nas localidades interioranas e periféricas. No passado, a arqueologia esteve preocupada quase que exclusivamente com a recuperação das grandes obras de arte (diga-se de passagem que foi com este espírito que ela nasceu). Em consequência desta mudança de direção da arqueologia clássica, tem-se hoje uma visão mais equilibrada do mundo greco-romano.



GRÉCIA

Sempre que se fala em Grécia Antiga pensa-se imediatamente em cidades-estados (*pólis*), em democracia; nos grandes filósofos, Sócrates, Platão e Aristóteles; na escultura e na arquitetura. A alguns pode ocorrer, ainda, o "século de ouro" ou século de Péricles (V), ou mesmo as tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípides. Convém estar atento, contudo, ao fato de que esses lugares-comuns pertencem ao apogeu da civilização grega, o período clássico, e dizem respeito sobretudo a Atenas, uma entre as muitas cidades que compunham a Hélade na antiguidade. Esquece-se com freqüência que a democracia, as grandes obras de arte etc. e a plenitude da *pólis* dependeram de longos séculos de formação, criação e amadurecimento.

Na verdade, o conjunto de traços que se articularam para compor o que conhecemos como a Grécia Clássica começou a se desenvolver a partir do século

X aproximadamente, durante a época que se convencionou chamar de "homérica" (aprox. 1100-700). A formação da *pólis* grega propriamente dita com suas características principais, o desenvolvimento da noção de cidadania, o estabelecimento dos fundamentos econômicos e sociais da civilização grega, datam do período arcaico (aprox. 700-500). O período clássico corresponde ao século V e parte do IV e, finalmente, é na época helenística (336-146) que se verifica o declínio da *pólis* grega.

É esta a periodização convencional empregada no estudo da história da Grécia Antiga. Entretanto, ainda que essencial ao estudo, como qualquer periodização, ela apresenta alguns problemas que procuraremos resumir.

Em primeiro lugar, trata-se de uma periodização que se generaliza a partir da história da cidade cujo desenvolvimento mais conhecemos: Atenas. Com efeito, o grosso da documentação que hoje nos é disponível sobre a Grécia Antiga provém de Atenas, principalmente no que se refere à documentação escrita. Por outro lado, o tipo de estabelecimento populacional na Grécia, sua excessiva fragmentação, ou seja, o fato de não ter existido uma unidade política entre as diversas cidades que compunham a Hélade, tornou impossível uma sistematização que correspondesse estritamente ao seu desenvolvimento geral. Isto quer dizer que cada cidade possuía um ritmo próprio de desenvolvimento: Esparta, por exemplo, manteve em pleno século V formas políticas e sociais consideradas "arcaicas" pelos historiadores. Outras re-

giões, como a Tessália e a Macedônia, não chegaram a possuir *póleis* na acepção completa do termo.

A segunda questão que se coloca quanto à periodização diz respeito à civilização Micênica, que se desenvolveu na Grécia na "Idade do Bronze" (aprox. 2600 a 1200). Por muito tempo acreditou-se que esta civilização não estava relacionada à história grega. Entretanto, na década de 1950, a decifração dos tablets de argila escritos em Linear B (escrita silábica empregada pelos micênicos) provou que a língua que se falava então já era o grego. Neste caso, a civilização micênica foi uma civilização grega e como tal deveria figurar como um período a mais dentro da nossa cronologia. Entretanto, o conteúdo dos tablets decifrados, aliado às informações arqueológicas provenientes dos centros micênicos, demonstram que estes possuíam traços sócio-políticos característicos do mundo oriental, não sendo possível, assim, estabelecer uma continuidade com a Grécia de tempos posteriores. No mundo micênico, apesar de todo o desenvolvimento material, não existiram cidades, mas pequenos Estados que contavam com uma centralização econômica e política bastante acentuada. A produção e a distribuição dos gêneros dependiam em cada comunidade de um controle burocrático — daí os tablets em Linear B — desconhecido na Grécia mais recente. Aproximadamente entre 1200-1100, os dórios invadiram a Península Balcânica e destruíram esta civilização. Mas, ainda que se tenha seguido um período de desordem, acompanhado por uma generalizada diminuição das condições mate-

riais de vida, nem tudo da civilização micênica foi destruído. Como se viu, a própria língua sobreviveu. Mesmo assim, os fundamentos da civilização grega, daquela que amadureceu no século V, só foram estabelecidos após a queda do mundo micênico. Em virtude disto, e ao fato de não dispormos de espaço, não trataremos aqui da Idade do Bronze grega.

A Grécia descrita por Homero

O conhecimento da sociedade grega do período que vai da invasão dórica a aproximadamente 700 deve-se em grande medida às informações fornecidas pelos poemas homéricos: a *Ilíada* e a *Odisséia*. Existe, contudo, ainda hoje, muita polêmica em torno da época a que se referem estes poemas. Por um lado, é evidente que os episódios heróicos narrados situam-se na Idade do Bronze. Mas, o mundo, a sociedade descrita por Homero, está muito distante daquela revelada pelos tabletes em Linear B e, de modo geral, pelos achados arqueológicos da época da civilização micênica. A posição mais aceita pelos especialistas modernos defende que a maior parte das informações históricas contidas nos poemas homéricos dizem respeito ao período que se seguiu à queda da civilização micênica. Além da fundamentação arqueológica, esta posição é sustentada pelos estudos comparativos realizados no campo da literatura oral. Hoje é sabido que a composição dos dois grandes poemas

épicas dependeu de uma longa prática da poesia cantada oralmente que envolveu gerações inteiras de aedos e rapsodos. Isto nos permite concluir que Homero, na verdade, sistematizou e escreveu versos que vinham sendo cantados por sucessivas gerações e cujo conteúdo, portanto, tem muito da época imediatamente anterior ao poeta.

Assim é que podemos admitir que a *Ilíada* e a *Odisséia* remetem-nos a três períodos históricos específicos: um, a Idade do Bronze dos palácios micênicos; outro, o mundo estabelecido pelos dórios após a sua chegada na Grécia; e, finalmente, a época do próprio autor (aprox. séc. VIII). Neste quadro, é evidente a presença de anacronismos nas duas obras e sua conseqüente dificuldade para o aproveitamento como documento histórico. Mesmo assim, levando em consideração todas estas variáveis, os estudiosos modernos procuraram reconstruir uma sociedade a partir do relato homérico, relato que se procura, sempre que possível, confirmar ou não com os dados arqueológicos que vão surgindo.

O mundo que se seguiu à destruição de Micenas é também conhecido pelo nome de "Idade das Trevas", pelo fato de uma civilização florescente ter sido substituída por um período de declínio acentuado do nível de vida, seguido por uma profunda reorganização da estrutura sócio-econômica. Ainda que no início esta nova época possa ser caracterizada como uma "idade obscura", veremos que também foi o momento no qual a civilização grega teve lançados os seus alicerces, resultando daí a sua importância para

a compreensão dos períodos posteriores.

É preciso ainda lembrar que, dos dois poemas, é a *Odisséia* que nos oferece as informações mais importantes sobre a economia e a sociedade. Ao narrar as aventuras de Ulisses em seu retorno de Tróia, o poeta nos deixa entrever o funcionamento da casa do herói e de outros proprietários de terras. Começemos daqui, pois.

O primeiro traço a ser ressaltado na descrição de Homero é o *oikos*, palavra geralmente traduzida por casa ou família. Em Homero, contudo, ela está impregnada de um significado mais amplo: é uma unidade econômica, humana, de consumo e de produção. O *oikos* tem um chefe guerreiro à testa, juntamente com a sua família, mas os seus componentes não são os únicos dos *oikoi*. Estes compreendem também todos os servidores e escravos; os bens imóveis: a terra e as casas; e os bens móveis: ferramentas, armas, gado etc., dos quais depende a sobrevivência do grupo.

Pelo que descreve Homero, o trabalho produtivo do *oikos* era realizado pelos escravos. Ulisses possui vários deles, sendo os exemplos mais conhecidos os de Eumeu, o porqueiro fiel, e o de Euricléia, comprada por Laerte, pai de Ulisses, e sua ama quando ainda pequeno. A *Odisséia* fornece algumas indicações a respeito das possibilidades da obtenção dos escravos. Uma delas era a pilhagem e o saque. Era muito comum que estes chefes guerreiros se reunissem para assaltar localidades litorâneas, roubar-lhes os bens, matar os homens (possivelmente outros

guerreiros) e levar as mulheres e crianças. Assim se refere Ulisses, a uma de suas aventuras deste tipo: "À partida de Ílion, o vento que nos trazia pôs-nos em Ismaros, no país dos Cícones. Ali pilhei e matei os guerreiros e quando, sob as muralhas, se dividiu as mulheres e a pilha das riquezas, fiz os lotes tão bem que ninguém ao partir ficou, quanto à sua parte, enganado" (*Od.*, II, 337-42). Outro modo de obter escravos era através da compra. O próprio Eumeu era de nascimento nobre, mas quando criança havia sido raptado por comerciantes fenícios com a finalidade de ser vendido como escravo. Euricléia, a ama, também havia sido comprada quando jovem.

Ainda que se constate a existência de escravos homens, as escravas são mais numerosas. Na casa de Ulisses havia cinquenta, outro tanto é registrado na casa de Alcinoos, rei dos feácios, onde Ulisses faz sua última escala antes de chegar a Ítaca. Estas escravas se ocupavam principalmente das lides domésticas: moagem dos grãos, cozinha, lavagem dos tecidos e roupas, limpeza, atendimento aos seus senhores e principalmente a fiação e a tecelagem. Os escravos homens também tinham afazeres domésticos, como atender nos banquetes, servindo os vinhos, cortando as carnes; mas trabalhavam igualmente nos campos, como o porqueiro Eumeu, o pastor de ovelhas Filécio, o pastor de cabras Melântio.

Embora os escravos realizassem a maior parte dos trabalhos, o chefe de um *oikos* podia também tomar parte de algumas destas atividades, mas no momento em que bem desejasse e nunca como uma

obrigação com relação a outrem. O fato de ser sobretudo um guerreiro não o impedia de ser também — como Ulisses era — hábil nas fainas agrícolas e nas caçadas, capaz de talhar o seu leito do tronco de uma oliveira ou de construir uma jangada. As palavras de Aristóteles, quatro séculos mais tarde, são válidas também para esta época: “O que faz a condição de um homem livre é que ele não vive sob o constrangimento de outrem” (*Retórica*, I, 1367 a —32).

As senhoras da casa também participavam dos trabalhos no *oikos*, talvez até com maior intensidade do que os homens. Todas as atividades domésticas eram supervisionadas por elas, desde a preparação de um banquete até a lavagem de uma peça de roupa. Com grande freqüência elas mesmas se ocupavam dos trabalhos com os tecidos, traço cultural que se manterá vivo até a época clássica. Assim é que vemos Nausica, filha de Alcinoos, ocupando-se da lavagem dos tecidos de seu “enxoval”. A própria Penélope foi muitas vezes surpreendida fiando em sua roca ainda ao amanhecer, e durante vários anos teceu o famoso manto que, à noite, desmanchava com a finalidade de adiar a sua escolha de um entre os pretendentes.

O tratamento dispensado aos escravos não era do mesmo tipo. Enquanto alguns não eram dignos da menor confiança, outros, por sua fidelidade ou por sua boa vontade na realização das tarefas, recebiam um tratamento “privilegiado”. Eumeu era um destes: havia recebido de Ulisses um torrão de terra, possuía uma família e com o tempo pôde até mesmo

adquirir um escravo para ajudá-lo. Euricléia também gozava de grande prestígio junto aos membros da família e sua fidelidade tornava-a guardiã dos bens de Ulisses.

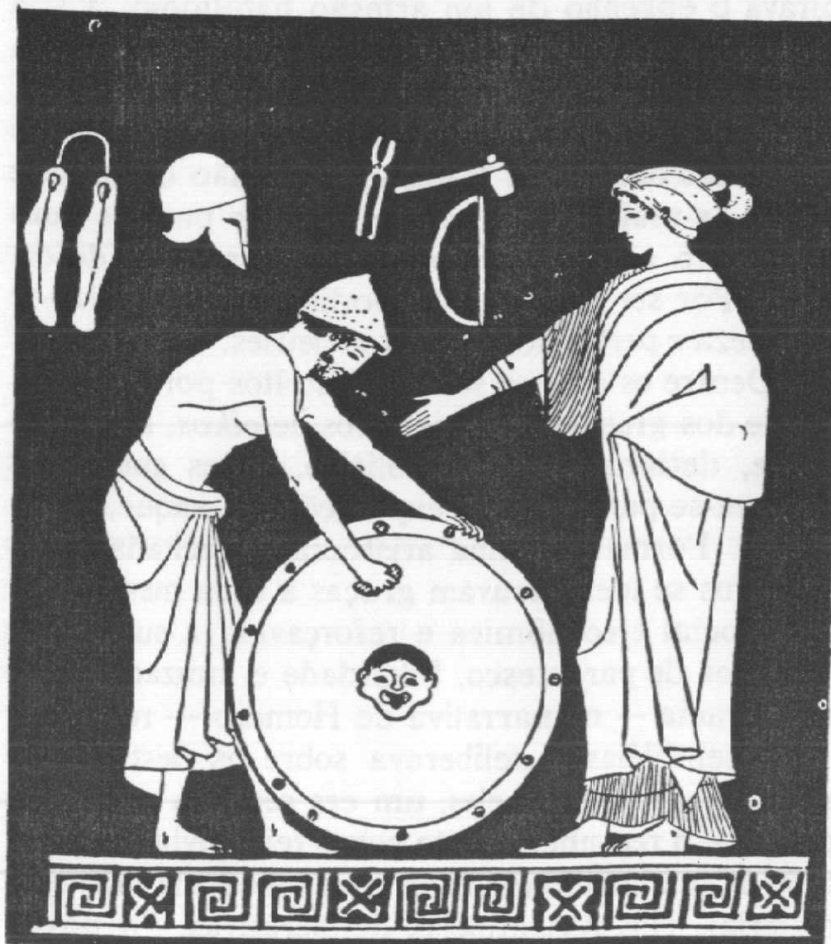
Neste sentido, a condição destes escravos "privilegiados" pode ser considerada melhor do que a de muitos homens livres pobres que aparecem vez por outra na *Odisséia*. Com certeza é impossível, na atual situação dos conhecimentos, atribuir a prática da manumissão (alforria) a um período tão longínquo, mas a posição de Eumeu, por exemplo, é muito semelhante à dos libertos de época posterior. É preciso lembrar também que, se por um lado o escravo é uma propriedade de outrem, sem direitos políticos e/ou econômicos, por outro, ele conta com a proteção de seu senhor. A sua própria participação no *oikos* já lhe dá uma certa vantagem sobre o homem livre sem propriedade.

Na *Odisséia* o indivíduo que se encontra ainda mais abaixo que o escravo na hierarquia social é o *teta*. Homem sem posses, sem especialização alguma, o *teta* tinha de fato uma posição precária. Era solto no mundo, vagava de um lado para outro à procura do que fazer em troca de algum alimento, estada ou roupa. O *teta* não contava com a proteção de ninguém, muito menos com a de um chefe guerreiro proprietário de *oikos*. A resposta de Aquiles a Ulisses no Hades (mundo subterrâneo infernal) ilustra o que era um *teta*: "Ilustre Ulisses, não tentes consolar-me a respeito da morte; preferiria trabalhar, como *teta*, às ordens de outrem, de um homem

sem patrimônio e de poucos recursos, do que reinar sobre os mortos, que já nada são!" (*Od.* XI, 489-91). Vê-se, pois, que no período Homérico a posição de um indivíduo na hierarquia social não dependia apenas de sua "liberdade" jurídica ou falta da mesma. No caso, a maior ou menor integração do indivíduo no *oikos* contava muito mais.

Apesar de Homero nos informar pouquíssimo sobre os outros membros da comunidade que, sem dúvida, constituíam a maioria, é possível pensar em "homens livres", pastores ou agricultores trabalhando seu pequeno torrão de terra. Mas, a existência de pequenos proprietários não é atestada diretamente. Naturalmente, Homero estava muito mais preocupado em narrar as aventuras de grandes heróis e arrolar seus bens do que discorrer sobre a condição de todos os demais que compunham a comunidade.

Outra categoria, dentre os homens livres, mencionada por Homero é a dos *demiurgos*. Como o seu próprio nome indica (*demos*-comunidade, *ergon*-trabalho), o demiurgo presta algum tipo de serviço à comunidade. São referidos como homens livres, possuidores de alguma especialização. Estes artesãos são itinerantes e por ocasião de alguma necessidade o chefe do *oikos* manda-os vir. É assim provavelmente com o ferreiro que Nestor manda buscar para dourar os cornos de um boi para o sacrifício (*Od.* III, 425-38). Os *demiurgos* embora não sendo proprietários gozavam de uma posição mais privilegiada dentre os homens livres pobres, posição que lhes era conferida pela destreza na execução de algum tra-



Decoração em vaso com representação de Hefesto fabricando o escudo de Aquiles (Ática, séc. V).

balho. Em Homero, o profeta, o médico, o arquiteto, o aedo e o arauto são todos demiurgos.

Por outro lado, o grego nutria pelo trabalho um sentimento contraditório. Ao mesmo tempo que admirava o engenho de um artesão habilidoso, a sua arte, a sua *techné*, desprezava o trabalhador ainda que compreendendo a importância do seu trabalho. Esse sentimento encontra o seu reflexo no panteão dos deuses olímpicos: Hefesto, o artesão divino, que forjava as mais belas armas e baixelas para os deuses, era ao mesmo tempo um ser horrendo, deformado. Por ser artesão não podia jamais igualar-se em beleza e perfeição aos outros deuses.

Dentre os grupos sociais descritos por Homero, aquele dos grandes proprietários de *oikos*, evidentemente, detinha o poder político. Estes guerreiros reuniam-se para realizar expedições de saque, guerras etc. Formavam uma aristocracia fechada cujos membros se identificavam graças a uma mesma posição social e econômica e reforçavam a sua união por laços de parentesco, fidelidade e amizade. Esta aristocracia — na narrativa de Homero — reunia-se em Assembléias e deliberava sobre os destinos da comunidade. Dentre eles, um era rei. Seu poder era pessoal e o reconhecimento como rei provinha sobretudo de sua habilidade guerreira, sabedoria e riqueza material. Nas Assembléias deliberativas, “o povo” (expressão que permanece vaga nos dois poemas) participava também, mas a sua função era mais de aplaudir ou vaiar do que de propor ou deliberar. Neste sentido é famosa a passagem da *Iliada* quando

Ulisses interpela um homem do "povo" que foge da batalha: "Insensato! Tranqüiliza-te e escuta os outros, teus superiores. Tu sem valor guerreiro, sem bravura, jamais contaste nem para a guerra nem para o conselho..." (Il. II, 198 ss.).

A *pólis* grega, com suas assembleias democráticas e participação política efetiva, estava ainda por nascer. Entretanto, já se nota em Homero uma relativa tensão entre o poder individual do rei e o poder da aristocracia, tensão ilustrada pela luta entre Ulisses e os nobres pretendentes. Parece existir também um conflito entre o *oikos* como comunidade econômica e o resto da comunidade. A própria existência de assembleias deliberativas com a participação de todos os membros da comunidade mas sem que todos pudessem deliberar por igual não reflete outra coisa senão este conflito.

A existência e o funcionamento do *oikos* aristocrático pressupõem um ideal caro à civilização grega: a autarquia econômica. Com efeito, cada *oikos* procurava bastar-se a si próprio em tudo o que fosse necessário. Nele desenvolviam-se vários tipos de atividades: o pastoreio, a agricultura cerealífera, a produção de óleo e vinho, a horticultura, a fiação e a tecelagem. Entretanto, dois produtos indispensáveis vinham de fora: o metal, para as ferramentas e armas sobretudo, e os escravos, que representavam uma parte da força de trabalho. Para nós, seria natural que estes elementos fossem obtidos através do comércio, mas na sociedade grega dos tempos de Homero o comércio era uma atividade malvista à qual se dedi-

cavam os povos bárbaros, como os fenícios. Em caso extremo, os gregos poderiam trocar objetos necessários, mas estritamente equivalentes de modo que nenhuma das partes fosse lesada na operação. As necessidades de metais, escravos e tecidos finos bordados eram com frequência parcialmente satisfeitas através da pilhagem e do saque ou dos sistemas do dom e contra-dom. A pilhagem e o saque das localidades litorâneas, já mencionadas acima, implicavam uma desvantagem grande que era o contra-saque. Mesmo assim, os chefes guerreiros aristocráticos não raro entregavam-se a estas atividades. Aliás, o que foi a tomada de Tróia senão um grandioso saque? A troca de presentes realiza uma certa equivalência entre os indivíduos, fazendo com que eles se considerem iguais. Através dela uma aliança pode ser selada, uma amizade, reafirmada, um serviço prestado, compensado. Quando a deusa Atena disfarçada de Mentor, um chefe táfio, prepara-se para partir deixando Telêmaco, este lhe diz: "... voltarás para o navio, de ânimo alegre, levando um presente magnífico, precioso, que guardarás como recordação de mim, qual o que os hospedeiros costumam dar aos hóspedes amigos que recebem em sua casa" (*Od.* I, 311-18). Na verdade, a prática da troca de presentes possuía, por trás do significado ritual, uma importância "comercial" de transação econômica. Objetos de bronze, ouro e prata, tecidos, escravos, bois etc., eram trocados, e os senhores de *oikos* ao mesmo tempo que assumiam compromissos com seus iguais iam formando aos poucos a sua riqueza e aumen-

tando o seu prestígio. Esta riqueza era acumulada sem fins produtivos; a maior parte destes objetos permaneciam guardados no centro da casa, sob chave, e alguns eram retirados ocasionalmente para ser oferecidos a um hóspede ou em algum sacrifício aos deuses.

Período arcaico

Se para a reconstrução da Idade das Trevas dependemos quase exclusivamente dos poemas homéricos e das informações esparsas fornecidas pela arqueologia, para o período arcaico contamos com uma documentação muito mais abundante. Além da maior quantidade de dados oferecidos pelas escavações arqueológicas (sem dúvida porque a produção material deste período foi superior à do anterior), existem muitas poesias dos séculos VIII ao VI que não tratam precipuamente das aventuras de deuses ou heróis, como os poemas homéricos, mas abordam também problemas pessoais, sentimentos ante situações concretas etc. É o caso da obra de Hesíodo (séc. VIII), *Trabalhos e dias*, ou mesmo dos poetas líricos como Alceu, Safo, Arquíloco, Teognis, Sólon e outros (séc. VIII-VII). De tal sorte que, mesmo não havendo até a época clássica (ou pelo menos não chegaram até nós) nenhum documento escrito em prosa, nenhum texto de lei ou decreto, poderemos obter mais informações da poesia do período arcaico do

que dos poemas homéricos.

Toda a documentação do período que estamos analisando e de épocas posteriores leva-nos a acreditar que a mais importante realização do arcaico foi, sem dúvida alguma, a criação da *pólis*. A partir deste momento, a *pólis* será o quadro histórico em que a civilização grega desenvolver-se-á. Ela pode ser definida como uma "comunidade autônoma politicamente", uma cidade-estado, ainda que estes conceitos não expressem perfeitamente todas as suas características, pois além de sua independência política a *pólis* ideal deveria ser auto-suficiente no plano econômico.

Apesar da constatação da existência de cidades-estados já em época tão recuada, é imprescindível tomar muito cuidado com as generalizações. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a urbanização não está necessariamente ligada ao desenvolvimento da *pólis*. Do ponto de vista material, para que esta existisse deveria ter essencialmente um local central onde se situassem os edifícios públicos e religiosos e onde se realizassem as reuniões dos cidadãos, a *ágora*. Uma *acrópole* (cidade alta) também era necessária como medida defensiva da comunidade. Afora estes dois itens, cada cidade-estado se desenvolvia de um modo diferente, tinha dimensões diversas etc. Não é possível estabelecer que as *póleis* tivessem se espalhado por toda a Grécia de maneira uniforme nem de acordo com o mesmo ritmo. Na Ática, por exemplo, Atenas conseguiu manter todo o território com uma única *pólis*; não ocorrendo o

mesmo na Beócia, onde além de Tebas existiram mais onze cidades-estados, ou em Amorgos, uma ilha minúscula onde existiram três.

Muito tem-se dito sobre as causas do desenvolvimento de pequenas comunidades isoladas e politicamente autônomas. A geografia pode explicar em parte este desenvolvimento independente: a Grécia é toda dividida por montanhas e pequenos vales, e a comunicação entre eles não devia ser fácil na antiguidade. Entretanto, numa região geográfica mais ou menos uniforme como a Beócia, desenvolveram-se doze *póleis*, e na Ática, região toda compartimentada, uma única. Tentou-se também explicar o estabelecimento das *póleis* nos locais de ocupação micênica, mas esta hipótese também não é passível de comprovação, pois em várias localidades observa-se uma continuidade de ocupação sem contudo existirem *póleis*. Na verdade, o estado atual dos conhecimentos não nos permite explicar satisfatoriamente esta fragmentação política. Para o historiador Finley: "A tenacidade das pequenas comunidades independentes só pode ser explicada como um hábito resultante de uma profunda e enraizada convicção a respeito de como resolver o 'viver junto'" (*Ancient Greeks*, p. 33).

Justamente no período arcaico, à medida que este "viver junto" vai se definindo melhor e os traços da cidade-estado vão se consolidando, é que se define também o estatuto do cidadão. A idéia e a prática da comunidade igualitária e, portanto, de democracia vão igualmente se cristalizando. Em contrapartida

à noção do cidadão participante, membro integrante da comunidade — na verdade a *pólis* são os cidadãos —, a noção de escravo-mercadoria e a de estrangeiro aparecem com muito maior nitidez. Democracia e escravidão apresentam-se a partir desta época como duas idéias dependentes entre si. À medida que o cidadão vai se liberando do exercício direto das atividades econômicas (trabalho no campo essencialmente) para se dedicar às tarefas políticas, vai sendo substituído pelo escravo como força de trabalho. Veremos adiante este ponto com mais vagar. Resta assinalar que o desenvolvimento da *pólis* e da noção de cidadania implicou, a certa altura dos acontecimentos, mudanças radicais no tocante à legislação. Como ressalta Austin, passa-se do domínio do pré-direito ao do direito. As leis são codificadas, tornam-se públicas e não mais monopólio de uma classe aristocrática que as exerce como bem entende tal como sucedia no período anterior (p. 67).

Transformações dessa natureza foram obtidas não sem grandes esforços e conflitos. O caminho percorrido no período arcaico foi repleto de dificuldades e tensões. A partir das soluções para estes conflitos é que, aos poucos, foi surgindo a civilização grega tal como nos é familiar. Na maior parte das vezes, as crises (*stáseis*) do período arcaico relacionavam-se à posse da terra e ao poder arbitrário exercido por alguns poucos. Inicialmente, o testemunho de Hesíodo reflete uma tensão entre a aristocracia governante e a noção de comunidade que está surgindo. Apesar de que esta tensão já se faça notar nos

poemas homéricos, como vimos acima, no relato de Hesíodo ela aparece com maior clareza. Justamente Hesíodo não confia na justiça que vem da aristocracia de Téspias (localidade da qual dependia sua propriedade), pois todos os seus membros eram “comedores de presentes”, o que dito em outras palavras significa “facilmente subornáveis”. Analisado no contexto geral do momento e à luz de outros testemunhos, o poder desta aristocracia provinha da posse de terras, sem dúvida os melhores terrenos. Estes mesmos grandes proprietários tinham, ainda, a possibilidade de aumentar seus domínios cada vez mais, graças a tradições que existiam no período arcaico com respeito ao endividamento. Em um país de terras pobres como a Grécia, o pequeno proprietário muitas vezes não conseguia fazer com que a sua produção fosse suficiente para o seu sustento e o de sua família. Neste caso, recorria ao mais rico na intenção de obter empréstimos, os quais, ao que parece, não eram empréstimos monetários mas em espécie: o indivíduo nesta situação chamava-se *hectomoro*, significando que tinha de entregar ao seu credor uma sexta parte de sua colheita. No caso de insolvibilidade, o devedor via-se na obrigação de entregar-se ao credor de modo a ser vendido como escravo ou a trabalhar para ele como tal. A situação do pequeno proprietário agravava-se mais à medida que, ao morrer um indivíduo, suas terras eram repartidas igualmente entre os filhos. Assim, além do solo ser pobre para os trabalhos agrícolas, os lotes tornavam-se cada vez menores e insuficientes para o sustento de uma família.

O quadro — grave — dos problemas relacionados à terra completa-se com um aumento demográfico significativo verificado durante o período arcaico. Em resumo, não havia terras para todos; o solo grego não produzia suficiente alimento para o sustento de uma população em crescimento e, cada vez mais, as poucas terras férteis concentravam-se nas mãos de poucos, que ao mesmo tempo usufruíam do poder político.

Superar estas crises constituiu-se em um desafio para os gregos. Uma das saídas que criaram foi a colonização (sécs. VIII-VII). Grupos de colonos, muitas vezes com recursos fornecidos pelo Estado e tendo à testa um fundador oficial, deixavam as suas cidades de origem e partiam em direção oeste do Mediterrâneo: Itália do Sul e Sicília, principalmente. Ali fundavam novas *póleis*, tentavam reconstruir o seu mundo tal como tinha sido até então, na Grécia. Levavam consigo seus hábitos, sua religião e seu modo de vida. Estavam à procura de terras novas onde pudessem plantar o que lhes faltava.

A *apoikia* era o tipo mais freqüente de colônia. Um grupo de pessoas se estabelecia numa localidade com o objetivo de ali morar e conseguir seu sustento. Algumas destas colônias eram autárquicas, não dependendo mais do que de seus membros para a sua existência. Outras supriam a falta de mão-de-obra subjugando a população indígena da região. Não se tratava de escravidão pura e simples, mas de laços de servidão que se estabeleciam, num esquema arcaico e diverso da escravidão na Grécia do séc. VI em

diante (veremos mais adiante o caso dos hilotas em Esparta). De um modo geral as *apoikiai* eram cidades independentes e autônomas ainda que mantivessem laços religiosos e de aliança com suas metrópoles.

Um outro tipo de colônia era o *emporion*. Estas tinham por objetivo estabelecer contatos com regiões que pudessem fornecer mercadorias indispensáveis para os gregos, como por exemplo o metal. Em vez do caráter agrário da *apoikia*, o *emporion* era nitidamente um entreposto comercial. Através deste entreposto se organizavam e se controlavam as trocas entre duas sociedades de tipo econômico diferente: de um lado os gregos, de outro os bárbaros. O *emporion* mais bem documentado nos dias de hoje é Naucratis, fundado em fins do séc. VII, no delta do Nilo.

A maior parte dos autores admite que a colonização serviu como válvula de escape aos inúmeros problemas por que passavam as comunidades gregas. Os atingidos pelas partilhas de terras, os endividados ou donos de terras extremamente pobres, encontravam na colonização um meio de fugir e procurar uma solução para os seus problemas.

Outra saída para as crises do período arcaico encontrada a partir do séc. VII, principalmente por iniciativa das cidades gregas da Ásia Menor, foi a importação maciça de trigo. Para facilitar este comércio, muitas cidades fundaram colônias no Mar Negro, através das quais passaram a ter acesso às ricas planícies da Criméia. As cidades da Grécia propriamente dita também começaram a recorrer à

importação de trigo. Entre os sécs. VII e VI desenvolveu-se ali uma especialização na produção do azeite de oliva e do vinho, cujos cultivos davam-se bem no solo grego. Estes produtos passaram a ser amplamente exportados em troca de trigo e de outras mercadorias essenciais à sobrevivência. Tanto o vinho quanto o azeite requeriam recipientes apropriados para o transporte, e a cerâmica fabricada com esta finalidade passou a ser um produto de exportação. Assim, os vasos gregos, dos mais diversos formatos, funções e proveniências das mais diferentes, pintados ou não, espalharam-se por todo o Mediterrâneo desde o Estreito de Gibraltar até o Mar Negro.

Estas duas soluções, a colonização e a importação de trigo, entretanto, não resolveram de vez a questão agrária na Grécia. Mesmo sendo esparsa a documentação, sabe-se que durante todo o séc. VII e parte do VI a reivindicação, em muitas localidades, era ainda a divisão das terras e a abolição das dívidas. Atenas é para nós o caso mais conhecido, por ser o mais bem documentado. Ali, conta a tradição que os conflitos sociais tinham chegado a tal ponto que os atenienses entraram em acordo e escolheram Sólon para resolver os problemas. Este, apesar de ser um aristocrata, foi o preferido graças ao seu prestígio como homem sábio e honesto. Sólon empreendeu uma série de reformas que regulamentaram o estatuto do cidadão ateniense. Estas medidas foram, basicamente, a proibição da escravidão por dívidas para os atenienses, acabando com a situação do *hectomoro*, eliminação das dívidas existentes e re-

torno à pátria (na medida do possível) de atenienses já vendidos como escravos. Sólon também estabeleceu quatro categorias de cidadãos: aos *pentakosíomedimnoi*, aqueles cuja colheita em grãos ou em líquidos chegava a 500 medidas, e aos *hippeis* (cavaleiros); que recolhiam 300 medidas, estavam reservadas as principais magistraturas. Os *zeugitai*, que recolhiam 200 medidas, eram os camponeses capazes de se equipar como *hoplitas*, e finalmente os *tetas* eram os camponeses pobres e os artesãos que não eram estrangeiros. Cabe aqui um parêntese a respeito do caráter militar do cidadão antigo; caráter que começa a se definir concomitantemente ou um pouco antes das reformas de Sólon. Além da ligação com a terra, o cidadão definia-se pela possibilidade de armar-se às suas custas e participar das guerras. Neste sentido, a reforma da técnica de combate realizada em meados do séc. VII está intimamente ligada ao aparecimento da *pólis* e da democracia. O *hoplita* é o soldado de infantaria pesadamente armado, que combate em falange. Assim, os *zeugitai* são colocados lado a lado dos *hippeis*, cavaleiros aristocratas. A guerra já não é mais prerrogativa de alguns, mas do corpo dos cidadãos e portanto da cidade.

Voltando às reformas de Sólon, é preciso observar que pela primeira vez se estabelecia uma divisão fundamentada na riqueza individual e não mais no nascimento, passo importante na consecução da igualdade democrática mais tarde estabelecida. Em seguida, note-se que estas reformas atingiram exclusivamente os atenienses. Não diziam respeito aos

escravos outros que não por dívidas, nem aos estrangeiros. Note-se também que as terras não foram repartidas. Sólon estava preocupado em resolver o problema dos atenienses de um modo geral, sem provocar discórdias entre os que já eram donos de terras. Com relação aos pobres, escreveu em seus poemas: "Dei às pessoas comuns tantos privilégios quantos são suficientes", e sobre os poderosos: "Providenciei que não sofressem injustiça. Protegi ambos os lados com um forte escudo, não permitindo que nenhum triunfasse injustamente". Apesar de a documentação não ser explícita, é possível pensar que muitos camponeses escravizados da Ática foram libertados depois das reformas de Sólon. Entretanto, teriam voltado às suas terras? Ou estas já estavam ocupadas por outros que tinham seus direitos legitimados sobre elas? E os atenienses que já tinham sido vendidos no estrangeiro como escravos e que retornaram à pátria? É lícito pensar que talvez alguns tenham conseguido lotes de terras, mas a maior parte destes deve ter se dirigido à cidade e engrossado as fileiras de trabalhadores na manufatura, que experimentou um aumento considerável graças ao desenvolvimento do comércio; ou alistaram-se para participar no estabelecimento de colônias atenienses no estrangeiro.

Muitos historiadores acreditam que o regime de pequena propriedade, característico da Grécia Clássica, tenha tido a sua origem a partir destas reformas do tempo de Sólon. Mas a documentação é insuficiente para provar isto. O que parece mais razoável

concluir é que as reformas de Sólon permitiram um avanço muito grande da noção de comunidade e fortaleceram a posição dos pequenos camponeses sem contudo romper com o poder exercido pela aristocracia proprietária. Teria sido no reinado do tirano Pisístrato (560-628) que o "campesinato finalmente obteve uma posição razoável de segurança e independência com relação à terra, com assistência financeira sempre que possível; que a guerra civil foi mitigada e que o monopólio político das famílias aristocráticas encontrou o seu fim para sempre" (Finley, *Ancient Greeks*, pp. 43-4). Com efeito, Pisístrato fez de tudo para arruinar a aristocracia, criou um tipo de crédito agrícola, distribuiu aos camponeses as terras confiscadas aos nobres exilados, favoreceu os cultos populares e desenvolveu mais ainda o sentimento comunitário através de grandes obras religiosas e civis. Depois de Pisístrato coube a Clístenes (507) solidificar o poder comunitário através de uma constituição democrática que, com poucas modificações, permaneceu a mesma durante a época clássica.

É preciso salientar mais uma vez aqui que paralelamente a este fortalecimento da comunidade ateniense ocorreu um grande desenvolvimento da escravidão. À medida que o cidadão se definia como tal, e os antigos laços de servidão entre os atenienses eram abolidos, criava-se um vazio na oferta de mão-de-obra que era preenchido automaticamente pelos escravos-mercadoria. E o séc. VI foi um marco no desenvolvimento deste tipo de escravidão.

Muitos autores viram no período arcaico o início do desenvolvimento de uma sociedade na qual o comércio e a indústria teriam tido um papel predominante nas transformações. É a posição de E. Meyer e seus seguidores da escola alemã (início do séc. XX). Austin assim resumiu esta teoria (que diga-se de passagem predomina até hoje nos nossos manuais de história antiga): "Segundo essa teoria, teria havido uma revolução econômica a partir do séc. VIII, com o surto da produção artesanal, da manufatura e do comércio. De acordo com alguns (E. Meyer), a colonização seria uma consequência deste processo, ela consistiria, em parte, na procura de novas saídas para uma produção que se tinha tornado excedente; de acordo com outros (Beloch), ela teria pelo menos estimulado a evolução. A consequência social da revolução econômica teria sido a formação de uma nova classe de industriais e de comerciantes enriquecidos que reclamaram em seguida a igualdade de direitos políticos da velha aristocracia fundiária. Um sinal de desenvolvimento da produção e das trocas teria sido a invenção da moeda, invenção que teria favorecido aos ricos e agravado as dificuldades do pequeno camponês ao facilitar o endividamento. Os tiranos dos sécs. VII e VI teriam sido freqüentemente os campeões das novas classes sociais que, graças a eles, teriam obtido a igualdade política da antiga aristocracia" (pp. 68-69).

A contra-argumentação dos vários autores modernos, como Finley, Austin, Vidal Naquet, Anderson, fundamenta-se em que na Grécia Antiga as de-

cisões eram sempre tomadas pelos proprietários de terras. Não importa que em certas épocas foram os aristocratas e em outras toda a comunidade dos cidadãos. O que vale é que as rédeas da sociedade sempre estiveram em mãos dos donos de terras e que estes tomavam as decisões em seu interesse. Havia sim cidadãos artesãos ou que participavam do comércio, tanto em época arcaica quanto clássica, mas não era o predominante. As resoluções que se tomavam em assembléia a respeito do favorecimento das atividades manufatureiras ou comerciais visavam muito mais à exportação, no intuito de poder obter os recursos necessários para garantir as importações de trigo, do que qualquer outra coisa.

Houve, de fato, um grande desenvolvimento manufatureiro e comercial documentado por vários tipos de fontes. Existia já desde então uma diferença entre os navios guerreiros e comerciais; eram também estabelecidas colônias, como vimos acima, com finalidades especificamente comerciais. Em Atenas, Corinto e outras cidades abundam provas arqueológicas do desenvolvimento de oficinas cerâmicas (e não de outro tipo de produção). Não é de se duvidar que as cidades tirassem vantagens deste desenvolvimento e que o estabelecimento de colônias o favorecesse. Mas isto não é suficiente para supor que o comércio e a manufatura tivessem alcançado uma posição predominante na estrutura sócio-política. É preciso lembrar que Sólon dividira o poder político entre os cidadãos de acordo com critérios de riqueza proveniente da produção agrícola, e que mesmo na

época clássica os cidadãos eram na maior parte pequenos camponeses e que o comércio e o artesanato eram exercidos principalmente pelos estrangeiros.

Por outro lado, a criação e o desenvolvimento de sistemas monetários durante o séc. VI não exprimem necessariamente uma intensificação mercantil. Se para nós, hoje, a moeda exerce uma função específica como instrumento de troca, o mesmo não ocorria entre os gregos. Os estudos recentes, neste campo, têm mostrado como a moeda cumpria, entre os gregos, também um papel político, ligado ao desenvolvimento da *pólis*. Ela era um emblema cívico importante que reafirmava o estatuto autônomo da cidade que a emitia. Evidentemente ela circulava no comércio, talvez mais para o pagamento de taxas ou de mercenários, mas a sua existência não se explica exclusivamente pelo enorme desenvolvimento das trocas. Como justificariamos, então, outros povos que tiveram um comércio bastante significativo, como os mesopotâmicos ou os egípcios, e que nunca cunharam moedas?

Um exemplo citado por Finley (*Ancient Greeks*, p. 39) dá bem a medida do problema. Durante o séc. VII e meados do VI, Corinto era a principal cidade exportadora de cerâmica pintada. Ela a vendia para suas colônias e, através destas, aos etruscos e outros povos não gregos que aprenderam a gostar dela. Quando Atenas suplantou Corinto neste comércio por volta de meados do séc. VI não ocorreu de modo algum um declínio visível desta cidade, nem em riqueza, nem em prosperidade. Evidentemente, a sua

riqueza não provinha com exclusividade do comércio ou do artesanato. Citando Finley: "... a civilização grega permaneceu enraizada no solo, e isto foi verdade até mesmo para as comunidades mais urbanizadas, como Atenas, Corinto ou Mileto".

Período clássico

Durante o período denominado clássico, a civilização grega atingiu o seu apogeu. A estrutura da *pólis* e a democracia encontraram seu desenvolvimento máximo, enquanto as artes, a filosofia e o teatro conheceram sua época de maior grandeza.

Entretanto, mais uma vez é preciso chamar a atenção para a desigualdade de desenvolvimento na Grécia e lembrar que Atenas (a expressão mais acabada deste desenvolvimento) sozinha não representava a Hélade no seu todo. Esta, no período clássico, incluía além das *póleis* típicas, das quais Atenas é o melhor exemplo, diversos "estados-*ethnos*" (tribo-povo). O território ocupado pelo conjunto destes estados ultrapassava, sem dúvida, a extensão ocupada por todas as *póleis* juntas. O "estado-*ethnos*" pode ser definido como um estado sem centro urbano, enquanto a *pólis* é o estado com centro urbano. No primeiro, a "população vive espalhada por numerosas aldeias em uma extensão mais ou menos grande. Os laços políticos que os unem podem ser extremamente frouxos... Entre estes 'estados-*ethnos*'

podem ser incluídos os macedônios, os tessálios, os focídios, os lócrios, os etólios, os acarnanios, os aqueus, e os arcádios" (Austin, p. 93). No interior mesmo de um ou outro destes estados chegaram a se desenvolver *póleis*, mas pequenas e sem expressão política alguma. De fato, na antiguidade clássica grega o papel de vanguarda coube sempre a algumas *póleis*, por isso quando se estuda a Grécia dá-se maior atenção a estas.

Entre as *póleis* existiam também diferentes níveis e graus de desenvolvimento. Atenas, por uma série de fatores, foi considerada, mesmo na antiguidade, como a *pólis* por excelência. Outras cidades são consideradas mais "arcaicas" que Atenas, em virtude da persistência de elementos do período anterior. É o caso de Esparta. Vejamos as características de uma e de outra a fim de termos uma idéia do que os historiadores chamaram de "Grécia Clássica".

Atenas

Começemos por esboçar a sua estrutura social. A sociedade era formada por três categorias: os cidadãos atenienses, os "metecos" (estrangeiros) e os escravos.

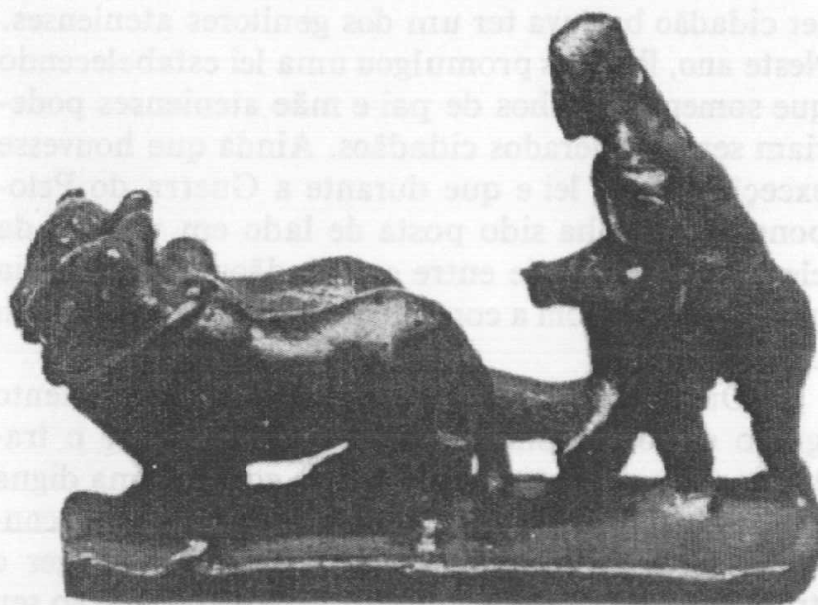
Em Atenas e outras *póleis* gregas, o cidadão era freqüentemente confundido com a própria cidade. Era tal a identidade que, muitas vezes, para designar a *pólis*, utilizava-se o termo coletivo: os atenienses, os espartanos, os coríntios etc. Mas o que fazia de um homem o cidadão? O fundamento da cidadania

era a riqueza proveniente da terra. Esta ligação entre cidadania e propriedade fundiária não foi atestada somente em Atenas mas também em inúmeras cidades da Grécia. Durante todo o séc. V a democracia ateniense foi se abrindo cada vez mais para os cidadãos, de modo a incluir efetivamente nesta categoria todos os atenienses, mesmo os sem terras. Ainda que todos (cidadãos do sexo masculino) participassem das assembléias deliberativas — como se sabe, a democracia grega era direta e não representativa — e conseqüentemente das decisões, nem todos tinham acesso igualmente aos cargos públicos. A partir de Sólon, o arcontado (magistratura suprema da cidade), que era anteriormente prerrogativa da aristocracia, podia ser exercido por qualquer membro da primeira classe censitária. Em 456-457, ele já é acessível à terceira classe censitária. Embora juridicamente todos os cidadãos fossem iguais, mesmo em fins do séc. V permaneciam entre eles as diferenças de poder político derivadas, naturalmente, da não igualdade dos recursos econômicos. A literatura documenta bem a existência de uma elite intelectual e política cuja riqueza material provinha fundamentalmente da posse de bens fundiários e que na verdade conservou durante todo o séc. V os mais elevados cargos públicos. Essas famílias ricas tinham suas terras trabalhadas pelos escravos, viviam na cidade, dedicando-se à política, à filosofia, à ginástica. O cidadão mais modesto — a maioria — era provavelmente um artesão, dono de uma pequena oficina onde ele próprio trabalhava ao lado de alguns escla-

vos; ou um proprietário de pequeno lote de terra onde ele e a família realizavam as fainas agrícolas. Os cidadãos proprietários de terras eram os mais numerosos. O Estado democrático procurava a todo custo favorecer esta situação, de sorte que em fins do séc. IV três quartos dos cidadãos atenienses eram proprietários de terras. Existiam ainda os cidadãos pobres, que vendiam a sua força de trabalho, formavam a frota naval de Atenas ou participavam das colônias militares atenienses no exterior, as *clerúquias*. Na Ática, como em muitas regiões da Hélade, o regime de propriedade sempre foi a pequena propriedade. Mesmo os grandes proprietários tinham as suas terras repartidas em lotes pequenos espalhados pela região. Note-se que no séc. V somente um terço dos cidadãos atenienses vivia na cidade.

Quanto à produção agrícola, já dissemos acima que a partir do séc. VII a Grécia e especialmente a Ática especializaram-se no cultivo da vinha e da oliveira, que se adaptavam bem ao seu solo. O vinho e o azeite, juntamente com seus recipientes cerâmicos, eram os maiores produtos de exportação e possibilitavam a entrada de recursos necessários para a aquisição do trigo, essencial para a sobrevivência da cidade.

Nenhum imposto direto recaía sobre as atividades exercidas pelos cidadãos. O grego considerava humilhante o pagamento de taxas para o Estado. Entretanto existia uma regra moral obrigatória para os cidadãos ricos: através de contribuições especiais, parte de sua fortuna deveria reverter em benefício da



Representação em bronze do trabalho agrícola na Antiguidade.

comunidade. Estas contribuições denominavam-se liturgias e podiam ser de muitos tipos. Por exemplo, a *coregia* incluía os gastos necessários à realização dos concursos dramáticos; a *trierarquia* consistia em se responsabilizar pelas despesas implicadas na equipagem de uma trirreme; a *ginasiarquia* era recolhida para a realização das competições esportivas e assim por diante.

Se, de um lado, durante o período clássico, a democracia ateniense foi cada vez mais abrangente no que diz respeito ao cidadão, de outro, ela fechou-se mais e mais para metecos e escravos. Até 451, para

ser cidadão bastava ter um dos genitores atenienses. Neste ano, Péricles promulgou uma lei estabelecendo que somente os filhos de pai e mãe atenienses poderiam ser considerados cidadãos. Ainda que houvesse exceções a esta lei e que durante a Guerra do Peloponeso ela tenha sido posta de lado em virtude da elevada mortandade entre os cidadãos, ela condizia perfeitamente com a concepção que os gregos tinham da democracia.

Outra concepção característica do pensamento grego era o preconceito muito grande sobre o trabalho manual. Este não era aceito como forma digna de se obter o sustento. Graças à democracia, contudo, foram aprovadas leis que visavam proteger o trabalhador manual e conferir certa dignidade ao seu trabalho desde que quem o executasse fosse um cidadão.

As atividades lucrativas, o comércio, o câmbio etc., recebiam o mesmo tipo de tratamento ou pior do que os trabalhos manuais. Escravos e metecos dedicavam-se a elas livremente, mas um cidadão era malvisto se o fizesse. Este tipo de atividade era moralmente condenada, o ideal de equivalência absoluta entre as partes que realizavam as trocas permaneceu vivo até pelo menos o séc. V.

Tal como o cidadão, o meteco era também um homem livre. Sua condição de estrangeiro, contudo, colocava-o à margem do Estado. Estes homens eram gregos de outras regiões ou bárbaros. Não tinham direito a nenhum tipo de propriedade imóvel e, por-

tanto, estavam excluídos da cidadania. Depois de algum tempo domiciliado em Atenas, o estrangeiro era obrigado a se inscrever como meteco em um *demos* (circunscrição estabelecida por Clístenes no começo do séc. V) da cidade e a pagar uma taxa especial ao Estado (*metoikion*) e outros impostos de acordo com a atividade que exercesse. Qualquer deslize significava, para o meteco, a possibilidade de cair em escravidão. Tinham ainda que conseguir um cidadão ateniense como “tutor” (*prostates*) que se responsabilizasse por eles ante os tribunais. Tendo em vista a sua desvinculação total em relação à terra, o meteco se atirava à todo tipo de atividade que não fosse a agricultura: fundamentalmente à manufatura e ao comércio. Eram artífices nas oficinas cerâmicas, nas de fabricação de armas etc.; eram donos de pequenas e grandes oficinas; eram armadores de barcos comerciais, importadores de trigo e outros produtos; no séc. IV eram banqueiros, serventes, escultores, ourives, pintores e marceneiros nas construções públicas. Havia metecos donos de imensas fortunas e havia aqueles simplesmente donos de sua força de trabalho.

O estatuto de meteco existiu em numerosas cidades gregas e não só em Atenas. Ele era um elemento indispensável na constituição das *póleis*: os serviços que prestava e os impostos que pagava eram imprescindíveis ao funcionamento da democracia dos cidadãos, haja vista a disseminação do preconceito existente contra o trabalho manual.

Os atenienses em particular gabavam-se de dar

boa acolhida aos estrangeiros. Com efeito, estes, ainda que proibidos de participação na vida política, gozavam, pelo menos a partir do séc. V, de boas condições de vida em Atenas: estabeleciam-se no *demo* que lhes conviesse, mantinham seu próprio culto, iam e vinham como bem lhes agradasse, participavam do exército conforme a sua fortuna. Muitos deles conseguiram o privilégio da *isotelia*, equiparação com os cidadãos no tocante às obrigações financeiras; ou mesmo, em casos mais raros, a *enktesis*, direito à cidadania como recompensa pelos serviços prestados à comunidade.

Como nos tempos homéricos, o escravo é uma mercadoria comprada em um mercado e pertencente a um dono que dispõe dela como qualquer outro animal. Na Atenas Clássica o escravo poderia ter várias origens; o nascimento, a guerra, a condenação em julgamento no caso dos metecos. Independentemente de sua origem, sua condição jurídica é a mesma. Por se tratar de uma mercadoria, digamos "especial", ficava sempre a cargo do dono aplicar com maior ou menor rigor a lei. Atenas especificamente era conhecida pelo sentimento filantrópico de seus cidadãos. Com frequência os escravos eram tratados com benevolência e gozavam de uma série de "privilégios". Muitos escravos, por exemplo, exerciam a profissão fora da casa de seu senhor, dando-lhe parte do produto de seu trabalho. Naturalmente ficavam com um pouco para o seu sustento e muitas vezes podiam juntar o suficiente para pagar a sua liberdade.

Outros escravos ainda obtinham de seus patrões a autorização de morar onde quisessem. São os *choris oikuntes* (os que habitam separadamente). Para a condição de livre faltava-lhes pouco. Tanto uns quanto os outros tinham grande liberdade de ação e não estavam sujeitos a uma vigilância constante.

Outro tipo de escravo considerado "privilegiado" era o escravo público. Trabalhadores braçais ou funcionários administrativos, de modo geral, os escravos do Estado gozavam de uma condição material de vida melhor que aquela dos escravos particulares. Moravam onde queriam, tinham direito a formar família, assistiam a cerimônias sagradas etc. O Estado além de fornecer-lhes as vestimentas dava-lhes uma quantia determinada, mais do que suficiente, para que se alimentassem. Este escravo quase sempre tinha a possibilidade de economizar para comprar a sua liberdade.

O escravo liberto tornava-se automaticamente um meteco (rara vez um cidadão). Existia um ritual solene para que se realizasse a manumissão de um escravo. Era realizado em um templo e a ele compareciam o escravo, seu senhor, uma autoridade religiosa e testemunhas. O ato de alforria era gravado em uma das pedras do santuário e o nome do liberto era proclamado no tribunal ou no teatro. Entretanto, a liberdade de um ex-escravo era muitas vezes restringida pela *paramone*. Esta instituição mantinha vivos os vínculos entre o escravo liberto e seu antigo senhor. Se o escravo havia obtido a sua manumissão gratuitamente (o que era mais raro) devia ao seu

senhor certos trabalhos. O mesmo ocorria àquele cujas economias não haviam sido suficientes para pagar a totalidade do seu resgate, ou então um terceiro lhe emprestava o restante em troca de serviços, dinheiro etc. Não raro o escravo mesmo alforriado era obrigado a entregar parte de seu salário ao seu antigo senhor. E a herança de um liberto sem filhos era sempre de seu dono.

Se comparada à época homérica e arcaica, a escravidão aumentou consideravelmente em toda a Grécia durante o período clássico. Nada que se iguale, todavia, à época romana quando os escravos eram contados por milhares. Mas, em Atenas, por exemplo, todo cidadão tinha pelo menos um ou dois escravos para ajudá-lo nas tarefas domésticas. Acredita-se que um cidadão relativamente "bem de vida" teria, em média, doze escravos. Há notícias de cidadãos com 50 escravos, mas são casos excepcionais.

Mais uma vez, como no caso dos metecos, a maior quantidade de escravos encontrava-se nas cidades. Aqui executavam toda sorte de serviço, de funcionário público a perfumista, de entalhador de mármore a doméstico. Não existia um trabalho que fosse especificamente escravo, realizavam de tudo, ao lado de trabalhadores livres, cidadãos ou metecos. Somente a atividade da mineração era considerada degradante demais para um cidadão livre e, conseqüentemente, era realizada por equipes de escravos. Diga-se de passagem que a condição destes escravos era das piores, uma vez que se trabalhava na escuridão e com pouco oxigênio, além de os riscos de

desabamento e outros acidentes serem enormes. No campo, com exceção das propriedades maiores onde a mão-de-obra escrava era mais abundante, na maior parte das pequenas e médias propriedades o camponês e sua família, auxiliados por um ou dois escravos, davam conta das tarefas rotineiras. Em épocas de colheita ou quando precisavam de mais braços, era comum alugar escravos. Existiam empresários cidadãos e metecos especializados na tarefa de manter grande quantidade de escravos para aluguel. Outros cidadãos que tinham escravos mas não os ocupavam o tempo todo também os alugavam por tarefas. Nas minas de prata do Láurio era muito comum que equipes inteiras de escravos alugados trabalhassem para um dos concessionários.

Ainda que os escravos trabalhassem lado a lado com metecos e cidadãos, foi no período clássico que o seu estatuto jurídico adquiriu maior nitidez. À medida que a democracia se consolidava, o ideal de cidadão desincumbido dos trabalhos manuais, das tarefas ligadas diretamente à sobrevivência, tomava corpo. A escravidão era indispensável para a manutenção deste ideal. Era o escravo e o meteco, também, que realizavam os trabalhos que o cidadão ideal não deveria executar. Como já afirmamos anteriormente sobre a formação da *pólis* grega, a noção de democracia caminha de mãos dadas com a de escravidão, e a noção de cidadão, com a de escravo. O período clássico é a época em que se cristalizam as diferenças entre as três categorias sociais que formavam a sociedade ateniense, diferenças que já vinham

se configurando desde a época arcaica.

Quanto à "política econômica" posta em prática pela cidade de Atenas (e também pela maioria das demais), o historiador inglês Austin salienta, que: "Quando se diz que os Estados gregos tiveram uma política econômica, trata-se sempre de uma política de importação visando assegurar o abastecimento do Estado e dos cidadãos em um certo número de gêneros essenciais para a sua existência, jamais de uma política de exportação visando distribuir em condições vantajosas, ou até mesmo impor ao estrangeiro, a produção nacional em concorrência com os Estados rivais. Se o Estado levava em conta os interesses econômicos de seus membros, era unicamente enquanto consumidores e não produtores" (p. 131).

A preocupação com a importação de trigo era tanta que, durante todo o séc. V, Atenas realizou várias campanhas militares contra os persas com o objetivo de assegurar as fontes de abastecimento. Note-se que não é o comércio em si o que se visa mas garantir o trigo para o abastecimento da população. No caso de Atenas sabe-se que toda a riqueza excedente obtida pela cidade não era empregada na produção (agrícola ou manufatureira) ou reinvestida no comércio, mas aplicada na construção dos grandes monumentos, na manutenção da frota e do exército, na compra do trigo necessário à sobrevivência dos cidadãos, na manutenção dos escravos do Estado.

No plano econômico, a prosperidade e o bem-estar material das *pólis* gregas (e em consequência a própria viabilidade da democracia) estiveram sempre

na dependência da captação de recursos externos (desde alimentos, matérias-primas, até escravos), e para esta contingência, que se chocava com o ideal de autarquia dos gregos, em nenhum momento pôde-se encontrar uma solução plenamente satisfatória. A riqueza de Atenas provinha fundamentalmente de três fontes: da prata retirada das minas do Láurio, das contribuições compulsórias cobradas dos membros da Liga de Delos (criada sob os auspícios de Atenas depois das Guerras Médicas em 490-470 com a finalidade de manter um exército que pudesse combater os persas em eventual ataque) e finalmente das trocas comerciais que forneciam os gêneros indispensáveis à vida da cidade. O desenvolvimento e a manutenção da democracia ateniense muito deveram a estas três fontes de recursos que possibilitaram, de um lado, o sustento material dos cidadãos e, de outro, o financiamento das grandes obras pelas quais Atenas é conhecida.

Esparta

O desenvolvimento de Esparta constitui um caso específico no conjunto das *póleis* gregas. Em sua formação social e econômica estão misturados elementos que existiram por toda a Grécia; contudo, a forma como estes foram combinados em Esparta é própria e única. Esta cidade é considerada pelos historiadores como "menos desenvolvida". Não se observa na sua estrutura social a nitidez existente em Atenas entre as diferentes camadas sociais. A escravidão (no sen-

tido do escravo-mercadoria) e a democracia não vieram à luz ali.

Em muitos sentidos, ela conservou em época clássica características políticas, sociais e econômicas arcaicas. E ainda que o conceito de "menos desenvolvida" possa implicar afirmações tendenciosas próprias de um evolucionismo tradicional, no contexto geral de desenvolvimento das *póleis* gregas, durante o período clássico, Esparta era "atrasada".

Três eram as categorias em que se dividia a sociedade espartana: os *homoioi* (os pares, iguais); os *periecos* e os *hilotas*. Os primeiros eram considerados os espartanos por excelência, os cidadãos. Proprietários das melhores terras na Lacônia e Mes-sênia, estavam proibidos de toda e qualquer atividade econômica. Seus afazeres eram exclusivamente de caráter político e militar. Além de serem proprietários de terras, para serem cidadãos com plenos direitos cívicos eram obrigados a contribuir para o preparo das refeições que todos os espartanos de sexo masculino tomavam em comum com os seus companheiros de *demos* (a *sissítia*). Os recursos para esta contribuição provinham evidentemente de suas terras, trabalhadas pelos *hilotas*, servos pertencentes ao Estado. Embora o nome *homoioi* indique igualdade, havia entre eles muitas diferenças. Primeiramente, dois dentre os pares eram designados para ser reis e como tais gozavam de uma série de privilégios, como o direito de ter um lote de terra em cada comunidade cultivado em seu benefício. Depois, havia ainda os *koroi*, que formavam a guarda de honra dos reis. Os

hypomeiones eram considerados "inferiores" uma vez que sendo cidadãos não tinham condições materiais para contribuir para a *sissítia*. Os *kryptes* eram jovens escolhidos que participavam de um ritual de passagem especial. Os que não tinham um bom desempenho na guerra também caíam para uma categoria inferior.

O sustento desta camada que ocupava o topo da hierarquia social dependia da conquista militar de terras e da redução à servidão dos seus habitantes. Por isso o espartano desde menino era treinado para a guerra. Retirando tudo o que era indispensável para a sua sobrevivência de regiões diretamente submetidas ao seu poder, Esparta conseguia manter a sua independência econômica. O comércio externo espartano era praticamente inexistente, tanto no período arcaico quanto no clássico.

A população submissa aos cidadãos espartanos estava dividida em *periecos* e *hilotas*. Os *periecos* formavam comunidades autônomas na Lacônia e Messênia, das quais eram cidadãos. Supõe-se que tivessem sido subjugados aos espartanos em época muito anterior à que estamos estudando e, portanto, gozavam de um estatuto bem melhor do que o de simples servos. Eram proprietários de terras ainda que não localizadas nas melhores planícies, reservadas evidentemente aos *homoioi*. Eram homens livres, além de agricultores, dedicavam-se à manufatura, produzindo os objetos necessários a todos. Em época de guerra participavam do exército. Eram obrigados

a cultivar um lote especial de terra em suas comunidades para cada um dos reis espartanos.

Os hilotas, por seu lado, são freqüentemente definidos como escravos. Na verdade, um conjunto de fatores permite que eles sejam caracterizados mais como servos do que como escravos propriamente ditos. Habitavam as terras conquistadas pelos espartanos: eram todos da mesma origem e, uma vez subjugados, permaneciam juntos nos locais em que sempre moraram. Neste sentido, eram muito diferentes dos escravos de Atenas, por exemplo, que vinham de muitas regiões do mundo bárbaro e grego. Os servos espartanos estavam presos à terra, não podiam se transferir, eram propriedade do Estado, e executavam as tarefas agrícolas nas terras repartidas entre os cidadãos quando da conquista. Freqüentemente foram recrutados para servir o exército e algumas vezes depois disto ganharam a liberdade.

A condição do hilota, isto é, sua homogeneidade étnica e, portanto, cultural e o fato de permanecerem em terras que haviam sido suas e pela conquista já não eram, possibilitou sua união em reivindicações contra o Estado espartano. Durante os períodos arcaico e clássico os espartanos tiveram que enfrentar muitas revoltas servis principalmente na Messênia, que havia sido conquistada em época mais recente que a Lacônia. Finalmente, no séc. IV, Esparta, impossibilitada de conservar o seu poder sobre eles, foi obrigada a reconhecer a sua independência e a formação de um Estado autônomo na Messênia. Tais tipos de rebeliões jamais foram conhecidas em Ate-

nas graças à heterogeneidade dos escravos, à falta de identidade entre eles e à diversidade de condição de vida de cada um, impossibilitando a criação de um ponto de união mais concreto.

O estatuto dos hilotas foi definido já na antiguidade como um dos casos "entre a liberdade e a escravidão" (Pollux, III, 83). Outros exemplos de estatuto "entre a liberdade e a escravidão" foram constatados igualmente em vários lugares da Grécia: na Tessália são os *penestes*, em Creta os *klarotes* e os *mnoites*, em Argos os *gymnetes*, na Lócrida os *woikiatai*, *killirioi* em Siracusa e *mariandinoi* em Heracléia do Ponto. Observe-se que são todos nomes coletivos que indicam grupos inteiros submetidos à servidão. Em todos estes exemplos, os indivíduos permanecem presos à terra, não circulam como mercadorias e o seu trabalho reverte em benefício de alguns poucos.

O declínio das póleis gregas

O declínio das cidades-estados na Grécia está ligado a uma série de fatores. Vimos como a democracia e a manutenção de uma *pólis* tal como Atenas dependia de injeções financeiras externas. Sendo vencida em 403 na Guerra do Peloponeso contra Esparta, Atenas viu-se obrigada a dissolver seu império e perdeu assim grande parte dos recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Ademais, a guerra prolongada contra Esparta provocou também a pauperização dos pequenos camponeses que foram obrigados a abandonar as suas terras para lutar ou para

procurar a cidade a fim de proteger-se no interior de suas muralhas contra as razias sistemáticas do inimigo. Paralelamente, muitos escravos aproveitavam-se da situação para fugir provocando a queda da produção agrícola.

Por toda parte irrompiam com grande força conflitos sociais entre os que haviam conseguido manter as suas terras e os pobres. O mercenariato recebia estes indivíduos despossuídos e assim ia crescendo assustadoramente. Por sua vez, as *póleis* não tinham recursos necessários à sustentação de exércitos profissionais para se defenderem, função que no passado era realizada exclusivamente pelos cidadãos-soldados. O recurso aos mercenários levava com frequência ao aparecimento de forças a serviço de elementos estranhos à cidade, provocando golpes e contragolpes nos governos das *póleis* e trazendo de volta a tirania. A idéia de um governo monárquico expandia-se adquirindo vitalidade e força novas.

O ideal grego de comunidade autárquica mostrava-se inadaptável às transformações em curso. A comunidade não conseguia mais se manter sem os recursos externos, os quais eram sempre mais escassos. A noção de igualdade implícita no ideal de democracia fazia recrudescer os conflitos não somente entre os cidadãos mas também entre estes e os não cidadãos (escravos e estrangeiros). A democracia direta, tal como era concebida e praticada entre os gregos, impossibilitava a sua ampliação a todas as camadas sociais.

Do ponto de vista econômico, têm lugar em

Atenas várias transformações. O mundo do dinheiro se expande: as atividades lucrativas se desenvolvem, crescem os "bancos" (estabelecimentos de câmbio e empréstimo com garantia); os empréstimos marítimos se avolumam e o crédito sobre a propriedade fundiária (hipoteca) surge como novidade. É importante notar, entretanto, que a grande maioria destes empréstimos eram realizados para suprir as necessidades de prestígio social e não para serem investidos em atividades produtivas.

Note-se, também, que este mundo crescia separadamente do mundo agrário. A terra, mesmo que fosse objeto de compra e venda entre cidadãos, não era comercializada como qualquer outra mercadoria. Como nunca se criou um verdadeiro mercado para a terra, suas potencialidades econômicas não foram totalmente exploradas.



ROMA

Tal como a história dos gregos, também a dos romanos começou pelo desenvolvimento de instituições políticas assentadas na cidade e elaboradas em benefício de uma comunidade de homens livres — os cidadãos — proprietários de terras e que reivindicavam a descendência direta dos fundadores de sua pátria. Em ambos os casos, estes cidadãos privilegiados conseguiram, no momento em que a vida urbana começou a ganhar certa amplitude e consistência, eliminar a monarquia (cuja origem se confundia com a própria origem da pátria) dando início a instituições capazes de assegurar seu domínio. Contudo, diferentemente da Grécia, onde muitas cidades evoluíram até o estágio democrático, em Roma, seja na República, seja no Império, o poder sempre permaneceu nas mãos de uma aristocracia. Isto de um lado. De outro, se na Grécia, pelas mais diversas razões, houve espaço para o desenvolvi-

mento independente de muitas cidades-estados, no Lácio e mais tarde na Itália e no Mediterrâneo em geral, Roma conseguiu abafar, a seu favor, a autonomia de todas as cidades rivais. Num certo sentido e ressalvadas as diferenças, a história de Roma dá continuidade à história grega: a escravidão, por exemplo, que graças aos gregos passou a definir a estrutura sócio-econômica da sociedade clássica, foi desenvolvida por Roma e explorada como relação social de trabalho até as últimas conseqüências.

A Realeza

Conta a lenda que Roma foi fundada em meados do séc. VIII por Rômulo, um dos gêmeos divinos, filhos de Réia Sílvia, princesa latina, e do deus Marte. Rômulo, rei fundador, inaugurou a realeza romana. Entre as suas realizações, contam-se a instituição do Senado, o rapto das sabinas, o acolhimento de multidões das regiões vizinhas etc. Seguiram-lhe mais três reis latinos: Numa Pompílio, Túlio Hostílio e Anco Márcio; e três reis etruscos: Tarquínio Prisco, Sérvio Túlio e Tarquínio Soberbo. A lenda também atribui à Roma real grandes conquistas e realizações de todo tipo. Evidentemente, os romanos de época republicana e imperial, ao retomarem a tradição oral e organizarem estas lendas, pretendiam justificar a grandeza de sua pátria através de um passado glorioso.

A historiografia moderna (do séc. XIX para cá) vem se posicionando de diversas maneiras diante deste passado lendário de Roma: desde admitir a sua veracidade até recusá-lo totalmente. Nos nossos dias, graças ao avanço da arqueologia, tem sido possível confirmar muitos dos elementos chegados até nós através da tradição. Outros continuam na obscuridade. A fundação de Roma, em torno do ano de 750, por exemplo, pode ser admitida. Nesta época, a arqueologia constata no local da cidade de Roma a formação de uma aldeia constituída por um grupo de cabanas construídas sobre fundações de argila e com paredes de palha e ramos. Tratava-se de uma minúscula cidade latina, muito diferente das ricas cidades etruscas e gregas da época. Entretanto, não era uma aldeia impermeável às influências externas. O material arqueológico demonstra que mantinha contato com os faliscos, povo aparentado dos latinos, estabelecido na margem direita do Tibre. Os habitantes da Roma primitiva não passavam, sem dúvida, de agricultores e pastores, mas que vez por outra comerciavam (ou trocavam) com as redondezas. A arqueologia permite concluir que esta situação perdurou até aproximadamente meados do séc. VII. A partir da segunda metade deste século, várias modificações ocorreram. Sabe-se, por exemplo, que a vida religiosa se desenvolveu muito, fato que é atestado pela existência de vários santuários. O mesmo se deu com o comércio, pois foram encontrados no local objetos provindos da região norte do Tibre e do sul da Etrúria; vestígios de vasos de cerâmica de forte influência

coríntia e de vasos gregos, jônicos e áticos, de fins do séc. VII e início do VI. Tudo isto demonstra como Roma, nesta época, fazia parte de um quadro mais amplo de relações entre cidades, para além do Lácio, onde a influência da cultura greco-etrusca mostrava-se bastante forte.

Mas por que Roma acabou por se destacar com relação às demais aldeias do Lácio? Quanto à esta questão os especialistas apontam para dois fatores fundamentais. Um deles é a localização geográfica muito estratégica da cidade, tornando-a cobiçada pelos povos vizinhos. Situada no vale inferior do Tibre, Roma tinha uma grande vantagem: realizava-se ali a junção de várias vias naturais de comunicação com todas as regiões vizinhas e em especial com a Magna Grécia (colônias gregas do sul da Itália) e a Etrúria. O segundo ponto — relacionado ao primeiro — é que justamente esta posição geográfica permitia o contato cultural e a recepção de influências de todos os lados. Desde esta época, como vimos, é notável a presença não só de etruscos em Roma, como igualmente de gregos, povos, então, já bastante desenvolvidos culturalmente.

Por estes motivos, de aproximadamente 550 a 475, os etruscos tornaram-na sua base de ligação com as demais cidades do Lácio e com a rica região da Campânia. Graças à dominação etrusca, Roma passou a exercer a hegemonia no Lácio, o que serviu de ponto de partida para suas futuras conquistas. A documentação arqueológica referente ao período de dominação etrusca é bastante rica, atestando a exis-

tência de grandes monumentos arquitetônicos, obras de canalização e urbanização, templos etc. Segundo Bloch: "Roma era uma grande cidade, rodeada por uma muralha protetora com mais de seis milhas de extensão; o estrangeiro que entrasse na cidade dos Tarquínios encontrava uma poderosa linha de fortificações e a imponência maciça e multicolorida dos vários santuários no topo das colinas". (p. 93).

A organização social da Roma dos primeiros tempos é, sem dúvida, de difícil reconstrução. Não obstante, é possível admitir que algumas das instituições sociais ainda vivas na República e no Império tenham tido sua origem na Realeza. Tal é o caso da *gens* e da *família* romanas. A primeira pode ser definida como um grupo de pessoas que reconhecem ter um antepassado comum. A *gens* tinha seus túmulos domésticos e cultos particulares; e todas elas se reuniam para tomar decisões coletivas. Além de seus membros naturais, toda *gens* possuía determinado número de *clientes*. "A clientela era um vínculo moral fundamentado na Boa Fé (*Fides*) e garantia ao cliente, em troca de obediência, completa proteção dispensada pelo patrono" (Heurgon, p. 193). O cliente contava com o atendimento do seu patrono perante os tribunais e muitas vezes recebia dele o seu sustento. O patrono, em troca, recebia do cliente auxílio militar, político, judicial e muitas vezes financeiro. A clientela, comum também a outros povos itálicos, permaneceu como uma das características marcantes da sociedade romana. Na República, bem

como no Império, as famílias da aristocracia rodeavam-se de uma enorme clientela, que lhes proporcionava prestígio, poder pessoal e em muitas ocasiões força militar.

A família, por outro lado, afirma-se como célula social básica a partir da *gens* e em seu detrimento. Ela era uma subdivisão da *gens* que abrangia tudo aquilo que se encontrava sob o domínio do *pater familias* (pai da família): filhos, escravos e bens imóveis. O grupo de parentesco é mais restrito, não vai além do bisavô e em linha colateral termina nos parentes de 6.º grau.

Ainda que a *gens* tenha conservado uma certa importância nos períodos subseqüentes à Realeza, a família tornou-se a principal unidade social durante toda a República e o Império. Note-se que a sua relação com o poder político era bastante forte uma vez que os *patres* que compunham o Senado identificavam-se com os *patres familiarum* ou eram por estes escolhidos.

A República

Ainda de acordo com a tradição antiga, a República romana foi fundada no ano de 509. Por mais discutível que seja a exatidão desta data, os historiadores concordam e a documentação arqueológica e epigráfica confirma que, em fins do séc. VI e início do V, a Realeza etrusca que governava em Roma foi

derrubada e depois de um curto período de transição foi ali estabelecida uma República oligárquica. Tudo indica que os latinos, cansados da dominação etrusca e especialmente da tirania de Tarquínio, rebelaram-se e através de uma revolução puseram fim à Realeza em Roma. O antigo colegiado, que segundo a tradição tinha poderes de até eleger o rei, assumiu o poder e estabeleceu um governo próprio. O Senado, como a instituição política de maior poder, teria tido a sua origem neste momento e não, como afirma a lenda, durante o reinado de Rômulo.

Data também desta época o início dos conflitos entre patrícios e plebeus. A origem de uns e de outros e a sua identidade com uma atividade econômica é ainda hoje uma questão que divide os historiadores. Alguns acreditam que os patrícios, por serem membros das *gentes* mais antigas estabelecidas no Lácio, haviam se reservado o direito de propriedade sobre as melhores terras assim como direito de ditar e exercer as leis, enquanto os plebeus teriam chegado em época posterior, conseguindo somente as terras menos férteis, além de ficarem à margem das decisões políticas. Gradualmente, contudo, teriam conseguido vantagens até que, a partir de meados do séc. IV, atingiram uma posição de participação política equivalente, ou quase, à dos patrícios. Algumas interpretações mais modernas têm salientado, entretanto, que o problema não é tão facilmente resolvido. Por exemplo, o fato de existirem documentos referentes à participação de plebeus no consulado, desde o começo da República, pode significar que os dois

grupos teriam lutado lado a lado por ocasião da derrubada da monarquia e que mais tarde os plebeus perderam sua posição inicial em benefício do patriciado. Com efeito, é possível que os patrícios tenham tentado aproveitar-se da revolução impedindo que plebeus — que já estavam excluídos da organização gentilícia — tivessem acesso ao Senado e às outras magistraturas. Seja como for, em virtude da escassez de documentação, este é um problema que continua em aberto e para o qual, no estado atual dos conhecimentos, não existe uma resposta de todo satisfatória.

Já em princípios do séc. IV é possível detectar uma alteração nesta oposição patrícios-plebeus. O historiador Heurgon chama a atenção para uma provável decadência do patriciado nesta época e o gradual aparecimento de uma *nobilitas* (nobreza), formada por patrícios e plebeus indistintamente, que comporia a oligarquia governante. A condição para se pertencer a esta *nobilitas* era possuir algum antepassado que tivesse sido magistrado *curul* (cônsul, pretor etc.) e, evidentemente, possuir riquezas em bens móveis e, sobretudo, imóveis.

No plano externo, Roma preocupou-se de início em consolidar e ampliar a hegemonia sobre a Liga das cidades latinas da qual fazia parte. Uma vez senhora das decisões no Lácio, empreendeu lutas, a princípio defensivas, contra seus vizinhos mais próximos: volscos, équos e hérnicos.

Em seguida prosseguiu sua expansão conquistando o sul da Península. Inicialmente consegue

forçar alianças na Campânia, região de planícies férteis, portos gregos movimentados e que já havia estado em contato íntimo com os etruscos. A partir da Campânia, Roma passa a ambicionar o controle de toda a Itália meridional. Para tanto, travou guerras encarniçadas contra os samnitas, indígenas que ocupavam o centro da Península, e, uma a uma, foi conquistando todas as antigas colônias gregas, que acabaram por capitular no ano de 272. Uma vez consolidado seu domínio sobre a Península Itálica, logo Roma empreende a conquista das regiões banhadas pelo Mediterrâneo, conseguindo reunir sob um único sistema de poder povos de língua e costumes diferentes.

Com relação à propriedade da terra, à produção, à organização social, ao desenvolvimento das cidades etc., a documentação é ainda mais escassa e de interpretação mais difícil do que a que se refere às questões políticas. É possível estabelecer uma linha de desenvolvimento muito geral, mais detalhada somente a partir do séc. III graças à maior quantidade de informações. No Lácio, por exemplo, a pequena propriedade da terra, cultivada pelo seu próprio dono, parece ter sido desde o séc. V a principal forma de propriedade. A agricultura era a ocupação predominante e os principais produtos eram os cereais, a vinha e a oliveira, culturas típicas do Mediterrâneo. Acredita-se que já desde o início da República, muitos pequenos proprietários fossem auxiliados nas tarefas agrícolas por alguns escravos.

Com o movimento de expansão territorial este sistema de pequena propriedade da terra foi sendo introduzido nas localidades fundadas por Roma (colônias). Ao mesmo tempo, aumentava consideravelmente a propriedade do Estado romano. Esta propriedade estatal é uma das características fundamentais do regime de propriedade na Roma antiga. Trata-se do *ager publicus*, cujo uso é cedido pelo Estado aos membros da comunidade. Ainda que o Estado fosse o encarregado da administração deste patrimônio, as rendas dele provenientes deveriam reverter em benefício do povo romano. Se preciso o Estado poderia vender estas terras, mas o objetivo era sempre conservar ou aumentar o *ager publicus* e não diminuí-lo.

Existiam várias maneiras de o Estado ceder a propriedade e/ou o uso do *ager publicus*. Primeiramente, aqueles terrenos que não eram nem habitados nem cultivados, quando da conquista, eram adjudicados para servir de pastos. O Estado autorizava os particulares a ali darem pasto a seu gado, contra o pagamento de uma taxa proporcional ao número de animais. No caso dos terrenos que se tornavam *agri publici* romanos, mas já habitados e cultivados, o Estado cobrava um tipo de aluguel — o *vectigal* — aos camponeses. Este era provavelmente proporcional à superfície ocupada.

Outros domínios públicos podiam ser cedidos gratuitamente em troca de um serviço prestado ao Estado, ou como retribuição de algum empréstimo ao mesmo. Por outro lado, grande parte dos domí-

nios públicos estava formada por terrenos incultos e abandonados, uma vez que o Estado não tinha condições de ocupá-los ou colocá-los em adjudicação. De modo que era permitido, a quem o desejasse e pudesse, a ocupação (e exploração) destas áreas sem nada pagar ou retribuir ao Estado. Em torno deste tipo de domínio público é que giraram todos os conflitos de terras durante a República. Na verdade, muitos proprietários deslocavam as fronteiras de suas propriedades para englobar também terras que de fato eram públicas. O controle sobre este tipo de apropriação era extremamente difícil pois estas terras não possuíam documentação alguma, não sendo, portanto, cadastradas; fato bastante aproveitado por aqueles que tinham condições de explorá-las. Assim, enquanto alguns tornavam-se grandes proprietários de terras, outros viam-se limitados cada vez mais ao seu pequeno lote, muitas vezes insuficiente à sobrevivência. Neste sentido, o testemunho, ainda que posterior, de Apiano é eloqüente: "Os cidadãos ricos açambarcavam a maior parte destas terras incultas e com o tempo viam-se como seus proprietários inamovíveis. Adquiriam pela persuasão ou invadiam pela violência as pequenas propriedades vizinhas dos cidadãos pobres" (*Bella Civica*, I, 7 — séc. II d.C.; citado em Nicolet, p. 123).

Se nos conflitos agrários que tiveram lugar durante a República, o cerne sempre foi o direito de posse sobre o *ager publicus*, nunca a propriedade privada foi questionada. Numa sociedade em que também existia a propriedade privada da terra, evi-

dentemente, nada era mais ambíguo do que a existência de grandes extensões de propriedades coletivas.

As conquistas romanas e a conseqüente incorporação de grandes domínios ao território romano sob a forma de *ager publicus* provocaram grandes transformações no regime de propriedade. Inicialmente, mercê da utilização do *ager publicus* principalmente para o pastoreio, o campo sofreu um gradual processo de despovoamento. Os camponeses mais modestos que perdiam suas terras, ou que perdiam o direito de usufruir da posse do *ager publicus*, afluíam para as cidades, engrossando as fileiras de artesãos, de pequenos comerciantes e da clientela. A diminuição do número de pequenas propriedades no campo é bastante acentuada principalmente ao longo do séc. II. É preciso chamar a atenção neste ponto para a diferença que existe entre a extensão da propriedade e o tipo de exploração da terra. Muitas vezes, tal como ocorria na Grécia, um grande proprietário tinha suas terras repartidas em vários domínios de território não contínuo e, portanto, a exploração podia ser do tipo médio ou pequeno. Com efeito, de acordo com os principais manuais agrícolas de época republicana que chegaram até nós (*De Agri Cultura* escrito por Catão no séc. II e *De Re Rustica* escrito por Varrão no séc. I), o tipo de exploração ideal era a média propriedade que visava a sua auto-suficiência e a produção de algum excedente comerciável de um ou mais produtos, como o vinho, o óleo etc. Para estes produtos que eram vendidos nos centros urbanos,

procurava-se obter o máximo de rentabilidade. A média propriedade ideal deveria dedicar-se a uma agricultura mista, procurando harmonizar a produção cerealífera com a leguminosa arbustiva e também o pastoreio. A verdadeira monocultura extensiva foi muito limitada durante a República.

Muito se tem dito a respeito do desenvolvimento do latifúndio e da especialização agrária durante os últimos dois séculos da República romana. A documentação nos permite afirmar que principalmente a partir do séc. II a especialização obteve algum sucesso na Península Itálica, mas não se pode dizer que tivesse sido o tipo predominante de produção agrária como querem alguns historiadores. Segundo Nicolet, já no séc. I é possível determinar algumas regiões relativamente especializadas, como a Campânia, onde a oliveira e a vinha eram bastante difundidas; a planície do Pó, dedicada à agricultura, criação de carneiros e porcos; o Sânio, onde predominava o pastoreio; a Etrúria e a Sabínia, com agricultura e vinha; e, finalmente, a Lucânica e a Brécia, regiões de criação de animais. A viticultura, por exemplo, conheceu um relativo avanço em toda a península, principalmente a partir do séc. II, mas em nenhum momento chegou a suplantiar a policultura. A tendência para empregar maior quantidade de terra para a criação de animais é neste sentido muito mais nítida, principalmente no que diz respeito à ocupação dos *agri publici*, como vimos acima.

Quanto aos latifúndios, estes começaram a aparecer em Roma somente no séc. II e só vão se afirmar

como forma de propriedade, ainda que não predominante, durante o séc. I. A maior parte dos grandes latifundiários desta época chegaram a tanto através de usurpações e conquistas militares e graças à sua posição preeminente no Estado romano. Não se trata de investimentos em terras ou de reaplicação de lucros obtidos em outras atividades tais como o comércio. A exploração realizada nestes latifúndios podia ser de vários tipos. Alguns eram aproveitados para a criação transumante de gado, outros talvez se dedicassem à *pastio villatica*, exploração agrícola destinada à produção de mercadorias de luxo (aves raras, peixes, coelhos etc.) para serem vendidas nos centros urbanos. Entretanto, a maior parte destes latifúndios estava constituída por grandes e médios domínios, policultores, produtores de vinho e de óleo.

Embora a atividade agrícola tenha sido a atividade econômica predominante durante toda a história de Roma, as cidades com suas atividades específicas também se desenvolveram bastante. Tal como ocorreu na Grécia, os centros urbanos durante a República romana eram uma continuidade do campo; ponto de reunião a partir de onde os proprietários de terras governavam. Mas, como é próprio de todas as cidades, também as cidades romanas exigiam uma série de serviços. Roma, por exemplo, desde o séc. IV era um centro comercial e manufatureiro de alguma importância. Desenvolveu-se tanto, para os padrões da antiguidade, que levou muitos historiadores a imputar à civilização romana — erro-

neamente — um caráter predominantemente mercantil.

Os tipos de manufaturas existentes nas cidades romanas eram muito semelhantes àqueles que se desenvolveram na Grécia: o trabalho da madeira, dos couros, dos metais, da argila (cerâmica), da tinturaria. As técnicas de construção também eram muito desenvolvidas. A partir do séc. II a produção artesanal em toda a península desenvolveu-se bastante, graças aos recursos decorrentes das conquistas e à chegada de escravos especializados provenientes da Grécia e do Oriente.

* * *

Nos campos ou nas cidades, o trabalho era realizado tanto por homens livres como por escravos. Sem dúvida, a escravidão existia já no começo da República, mas naquela ocasião o trabalho livre era predominante. Aceita-se unanimemente que com as guerras de conquista empreendidas por Roma, a escravidão tenha aumentado consideravelmente. Até o final da era romana a principal fonte de obtenção de escravos foi sempre a guerra. Desde fins do séc. III, a escravidão é atestada maciçamente na Península Itálica e no séc. I pode-se dizer que ela é generalizada. Ainda assim, a mão-de-obra livre continuou existindo em Roma.

A condição do escravo variou muito de acordo com a época, em função de sua origem, seu dono, sua atividade e, finalmente, segundo o meio em que

vivia, rural ou urbano. Tal como na Grécia, o escravo estava submetido à autoridade de seu senhor, e sua condição obedecia mais ao direito privado do que ao direito público. Como na Grécia, não existiu em Roma uma atividade que fosse especificamente escrava. Isto quer dizer que o escravo não se definia pelo tipo de atividade que realizava, mas sim como um indivíduo privado de liberdade. O trabalho nas minas, reservado principalmente à mão-de-obra escrava por ser mais penoso e difícil, é um fato recorrente em todos os lugares onde existiu a escravidão na antiguidade. Roma não fugiu a esta regra.

Os escravos rurais, se comparados aos urbanos, tinham uma vida mais sofrida e curta. A maior parte da massa dos trabalhadores não especializados que realizavam as tarefas agrícolas nas médias e grandes propriedades viviam, sem dúvida, em condições subumanas. Os tipos de castigos que recebiam por não trabalharem bem, ou por tentarem a fuga, eram muitos. Destes, o que ficou mais famoso foi o aprisionamento nas *ergastula*: prisões em forma de gaiola ou, muitas vezes, escavadas na terra. Tanto os textos antigos quanto os trabalhos arqueológicos revelam uma grande quantidade deste tipo de prisões, espalhadas pelas *villae* rurais de fins da República e do Império.

Por outro lado, existiam entre os próprios escravos rurais alguns que gozavam de certos "privilégios" em relação aos demais. Tal era o caso dos escravos especializados em alguma tarefa específica: os vinhateiros, os porquiteiros, os arrieiros etc. Algumas vezes,

vivia, rural ou urbano. Tal como na Grécia, o escravo estava submetido à autoridade de seu senhor, e sua condição obedecia mais ao direito privado do que ao direito público. Como na Grécia, não existiu em Roma uma atividade que fosse especificamente escrava. Isto quer dizer que o escravo não se definia pelo tipo de atividade que realizava, mas sim como um indivíduo privado de liberdade. O trabalho nas minas, reservado principalmente à mão-de-obra escrava por ser mais penoso e difícil, é um fato recorrente em todos os lugares onde existiu a escravidão na antiguidade. Roma não fugiu a esta regra.

Os escravos rurais, se comparados aos urbanos, tinham uma vida mais sofrida e curta. A maior parte da massa dos trabalhadores não especializados que realizavam as tarefas agrícolas nas médias e grandes propriedades viviam, sem dúvida, em condições subumanas. Os tipos de castigos que recebiam por não trabalharem bem, ou por tentarem a fuga, eram muitos. Destes, o que ficou mais famoso foi o aprisionamento nas *ergastula*: prisões em forma de gaiola ou, muitas vezes, escavadas na terra. Tanto os textos antigos quanto os trabalhos arqueológicos revelam uma grande quantidade deste tipo de prisões, espalhadas pelas *villae* rurais de fins da República e do Império.

Por outro lado, existiam entre os próprios escravos rurais alguns que gozavam de certos "privilégios" em relação aos demais. Tal era o caso dos escravos especializados em alguma tarefa específica: os vinhateiros, os porqueiros, os arrieiros etc. Algumas vezes,

estes últimos eram até mesmo autorizados a tomar para si alguns animais de sorte a criarem um pequeno rebanho próprio. De todos os escravos rurais, o *vilicus* possuía a melhor posição: era o administrador ou intendente da propriedade do seu senhor tendo sob a sua guarda a produção do domínio e a organização do trabalho dos outros escravos.

A condição do escravo urbano era bastante diversa. Muitos deles gozavam de grande autonomia tanto de trabalho quanto de vida. As formas atenuadas de escravidão apareciam com maior frequência e clareza nos centros urbanos do que nos campos. Westermann, autor de um extenso estudo sobre sistemas escravistas na antiguidade, assinala, como exemplo, a possibilidade de o escravo romano agir com terceiros em nome do seu senhor (*domini nomine*) com o fim de adquirir ou alienar propriedades. O escravo tornava-se assim uma extensão física da pessoa legal representada por seu dono. O escravo também podia agir como *institor*, representante, legalmente reconhecido, de seu senhor em alguma transação de propriedades. Neste caso, era comum o senhor atribuir de forma definitiva ao escravo uma parte da propriedade, qualquer que ela fosse. E ao escravo era garantido o direito de investir o que bem quisesse (ou tivesse) no beneficiamento dessa propriedade. Esta posse constituía o *peculium* do escravo, com o qual mais tarde ele poderia comprar a sua liberdade. Com frequência, os escravos que chegavam a tal posição, além da possibilidade de se alforriar, podiam comprar seus próprios escravos e

fazer com que estes (*vicarii*) o substituíssem junto ao seu senhor.

Nas cidades os escravos ou se ocupavam dos serviços domésticos ou da manufatura e comércio. Quando o tráfico de escravos chegou ao auge no séc. I os cidadãos romanos possuíam muitos deles para serviços pessoais. Eram escravos de luxo: cozinheiros, escribas, administradores, "bibliotecários", secretários, preceptores etc. Na manufatura, como nos serviços domésticos, a presença do escravo é também importante. Ainda de acordo com Westermann, o primeiro registro da introdução de escravos em escala considerável na manufatura data do ano de 210 quando na Espanha romana P. Scipio recrutou 2000 escravos para trabalhar na fabricação de instrumentos para a guerra. Depois do ano de 150, muitos escravos artesãos especializados do leste foram introduzidos na Itália, o que provocou um desenvolvimento maior das artes industriais. Mas, numa indústria como a da cerâmica, por exemplo, a mão-de-obra predominante até fins do séc. II foi a livre (lembre-se que esta era uma das indústrias de maior peso no mundo greco-romano). Talvez os escravos fizessem somente o trabalho mais grosseiro, como lidar com os fornos. Já no início do Império (fins do séc. I), num centro importante de fabricação da cerâmica como Arretium, constata-se muito maior número (70%) de trabalhadores escravos do que livres.

Como já afirmamos, as formas atenuadas de escravidão podiam levar à manumissão do escravo.

Tal como na Grécia, a alforria era uma esperança de todo escravo, e talvez até mesmo a razão para continuar trabalhando. Tanto na República quanto no Império, a alforria de escravos foi uma prática muito comum, principalmente no que diz respeito ao escravo urbano. Do ponto de vista do direito privado, o liberto tomava o nome de seu dono e se tornava o seu filho adotivo. Depois da manumissão os laços entre ex-escravo e senhor mantinham-se vivos através do *obsequium*, obrigação moral ou monetária que o liberto devia ao senhor. Em troca, o senhor cuidava de dar-lhe sua proteção como filho adotivo que era. Do ponto de vista do direito público, o conjunto de libertos constituía uma ordem (ver mais adiante, p. 77) com estatuto jurídico próprio (pelo menos a partir do séc. III). Tornavam-se cidadãos com plenos direitos cívicos, diferentemente dos libertos na Grécia que passavam à categoria de metecos.

Há ainda duas questões importantes sobre a escravidão durante a República que merecem atenção: as revoltas de escravos e a sua participação nas lutas políticas entre os cidadãos romanos. As rebeliões de escravos são atestadas a partir do séc. III e ocorrem principalmente entre os escravos rurais. Trata-se quase sempre de movimentos — violentos — que exprimem o desespero e a revolta de todos aqueles que estão submetidos à violência e à exploração inerentes à condição e funcionamento da escravidão enquanto sistema de relações sociais de produção (trabalho). Uma das revoltas de escravos mais



Estela funerária com a representação de dois libertos romanos e de seus instrumentos de trabalho (séc. I a.C.).

conhecida é a de Espártaco, ocorrida no ano 70, a partir da fuga de um grupo de gladiadores na Campânia. Os milhares de escravos que se envolveram na insurreição apenas conseguiram esboçar o objetivo de retornar às suas terras de origem. Outras revoltas igualmente famosas foram as da Sicília de 136 a 133. Liderados por Eunus, milhares de escravos conseguiram derrubar o poder, estabelecer

governos monárquicos despóticos e escravizar a população livre da região. Estes dois movimentos, não obstante terem provocado, pelas suas dimensões, o pânico entre os romanos, não foram capazes de ameaçar verdadeiramente a ordem estabelecida (escravista). Isto porque, como é próprio da escravidão, os escravos são incapazes de formular qualquer proposta alternativa viável à estrutura social que deles se utiliza.

É deste ângulo que também deve ser abordada a participação dos escravos urbanos nas lutas políticas entre os cidadãos durante o último século da República; lutas que, como se sabe, degeneraram em verdadeiras guerras civis. Os escravos que se envolveram nestes conflitos na verdade serviam de massa de manobra aos políticos ambiciosos e não apresentavam um programa político próprio. É bem verdade que nas cidades muitos escravos estavam misturados aos homens livres, artesãos e pequenos comerciantes e, portanto, seus interesses podiam ser comuns. Mas, ainda assim, não existiu nenhum líder político que defendesse a causa dos escravos enquanto classe, muito menos uma rebelião especificamente escrava que levantasse reivindicações próprias. O máximo que um escravo podia esperar, apoiando um ou outro partido político, era a alforria.

Vimos como evoluíram as formas de propriedade da terra e a escravidão durante a República, resta-nos agora tentar caracterizar os cidadãos romanos, ricos e pobres.

O *populus romanus* durante a República dividia-se em categorias estabelecidas pelo *censo*. Este era realizado periodicamente (desde o séc. V) e tinha por finalidade estabelecer — usando o critério de riqueza — quais cidadãos podiam participar, e como, do exército, com que tipos de rendas fiscais o Estado poderia contar e, finalmente, quais cidadãos teriam acesso às decisões políticas. Através do censo, os cidadãos eram assim classificados: os mobilizáveis — *assidui* — eram os que reuniam condições financeiras e cívicas para servir o exército; os *capite censi* eram os recenseados somente por sua pessoa; e os *proletarii* eram os indivíduos que, sem bens de nenhuma espécie, tinham ainda os filhos a sustentar. O censo estabelecia também cinco *classes* (ordem de chamada) entre os *assidui*, de acordo com a variação de fortuna de cada um. No interior destas cinco *classes* outras diferenciações eram estabelecidas: os que tinham possibilidade de se engajar na infantaria (*pedites*) e os que eram ricos o suficiente para participar do exército como cavaleiros (*equites*). A partir de meados do séc. II, o conjunto de *equites* agrupava os homens mais ricos da primeira classe censitária.

Com o decorrer do tempo, outras categorias foram destacadas no interior dos grupos tradicionalmente estabelecidos. São as ordens, agrupamentos reconhecidos oficialmente, dotados de um estatuto jurídico privilegiado e que têm funções determinadas no Estado (Nicolet, pp. 193-4). Assim surgiram as ordens dos senadores, dos juizes, dos oficiais da administração, dos libertos incorporados ao corpo

cívico, dos próprios *equites* etc. Durante toda a história da República e do Alto Império romano (até fins do séc. II d.C.), 27 categorias sociais tiveram oficialmente o direito ao título de *ordo*.

Todos os cidadãos mobilizáveis para o exército deviam ao Estado romano, segundo a sua fortuna, um imposto, o *tributum*. Não se tratava de um imposto fixo, pois variava de acordo com as necessidades do Estado. Por exemplo, necessitava-se uma quantia determinada para a construção de uma obra pública ou para a manutenção de uma campanha militar; esta quantia era dividida proporcionalmente entre os contribuintes e paga sob a forma do *tributum*. Algumas vezes os contribuintes eram reembolsados pelo Estado graças às entradas de rendas imprevistas no tesouro.

A divisão dos cidadãos romanos nestas categorias censitárias dependia, como já dissemos, da fortuna de cada um. Esta, para os objetivos do censo, era calculada em dinheiro, mas na verdade devia ser constituída fundamentalmente por terras. Os membros da ordem senatorial, por exemplo, eram obrigados, por lei, a possuí-las. Já os *equites* podiam obter riquezas por outros meios que não a produção agrícola, mas sem dúvida alguma eram também, como os senadores, grandes proprietários de terras e de escravos. Entre os romanos, o ser proprietário de terras era fonte de dignidade e prestígio e, portanto, meta principal a ser atingida por todo cidadão.

A partir do séc. III, com as conquistas romanas na Península Itálica e, em seguida, pelo Mediterrâ-

neo todo, novos interesses além daqueles ligados à terra começaram a se afirmar. Cidadãos dedicam-se ao grande comércio, à armação de navios, à cobrança de impostos para o Estado, aos empréstimos com juros, à manufatura etc. Mesmo os senadores, proibidos de tais atividades, a elas se dedicavam clandestinamente.

Ora, tal como na Grécia, também em Roma pesava sobre o trabalho manual uma concepção moral negativa. Neste sentido, a famosa passagem de Cícero sobre o valor das profissões é um excelente exemplo do que pensavam os romanos a respeito do trabalho: "Quanto às profissões que devem ser consideradas dignas de um homem livre e as que não o devem, eis o ponto de vista geralmente aceito. Em primeiro lugar, são consideradas as profissões que suscitam a antipatia dos outros, como as de cobrador de taxas portuárias e de prestamista. Também não liberais e inferiores são as profissões de todos que trabalham por salário, a quem pagamos o trabalho e não a arte, porque no seu caso o próprio salário é um atestado da sua escravidão. Temos também que considerar inferiores aqueles que compram a comerciantes para revender imediatamente, pois não conseguiriam obter lucros se não mentissem descaradamente. E todos os artífices que se dedicam a negócios inferiores porque nenhuma oficina pode possuir qualidades apropriadas a um homem livre. As atividades de menor valor são aquelas que se relacionam com os prazeres sensuais: 'peixeiros, carnicheiros, cozinheiros, negociantes de galinhas e pescadores', como diz

Terêncio, aos quais se pode acrescentar os perfumistas, os dançarinos e todos aqueles que se apresentam em espetáculos musicais de baixa categoria. Mas as ocupações que requerem um maior grau de inteligência ou das quais a sociedade extrai um não pequeno benefício — tais como a medicina, a arquitetura, ou o ensino — são respeitáveis para aqueles a cuja situação convém. O comércio, se praticado em pequena escala, deve ser considerado inferior; mas, se em larga escala e extensivo, importando muito de todo lado e distribuindo a muitos sem falsa sobrevalorização, não deve ser grandemente censurado. Efetivamente parece mesmo ser digno do maior respeito se estes que se ocupam daquele comércio, saciados, ou melhor dizendo, satisfeitos com os seus proventos, se encaminharem do porto para uma propriedade tal como muitas vezes se transferiram do mar para o porto. Mas de todas as coisas que podem dar lucros a um homem, não há nada melhor do que a agricultura, nada mais produtivo, mais doce, nada que melhor convenha a um homem livre” (*De Officiis*, I, XLII).

Contudo, nem todos os cidadãos romanos tinham a possibilidade de viver dos rendimentos de suas propriedades e/ou grandes empreendimentos. Na verdade, à medida que se aproximava o fim da República, apenas uma minoria podia fazê-lo. Durante o processo de expansão e conquista, o regime de propriedade da terra foi se alterando em detrimento da maioria dos pequenos proprietários, cujo empobrecimento e ruína aumentavam ao mesmo

ritmo da expansão militar. Como esta tornava-se cada vez mais permanente, as campanhas militares mantinham os cidadãos que serviam ao exército por longo tempo afastados de suas atividades civis. Para os pequenos camponeses esta situação era ruínosa primeiramente porque suas terras, que tinham ficado abandonadas durante o período em que estiveram ausentes, custavam a retornar à produção regular e, em segundo lugar, a vida de soldado ao transformar os seus hábitos dificultava sua readaptação à vida agrícola. Em contrapartida, quem se beneficiava desta situação eram os grandes proprietários cujos recursos em dinheiro e homens eram abundantes. Por todas estas razões, o antigo camponês era empurrado às cidades fazendo-as crescer desproporcionalmente.

Já assinalamos anteriormente que até fins do séc. II a mão-de-obra livre era a predominante na manufatura tanto no que diz respeito aos artesãos trabalhando em pequenas oficinas próprias, quanto àqueles que eram empregados nas grandes manufaturas. Muitos destes trabalhadores livres eram donos de pequenos negócios e possuíam, na maior parte dos casos, alguma especialização técnica. Muitas vezes formaram corporações por especializações — os *collegia* — cujos objetivos eram explicitamente religiosos. O *collegium* realizava os rituais próprios a cada profissão e comprometia-se a garantir uma sepultura decente aos seus membros. Implicitamente, contudo, os *collegia* podiam interferir na vida econômica financiando construções de edifícios públicos, por

exemplo; ou servir como sociedade de seguro mútuo. No fim da República, muitos deles assumiram posições políticas definidas, como a participação na conspiração de Catilina (ano 63), o que provocou a proibição de seu funcionamento por parte do governo romano por longos anos.

Nem todos os homens livres empobrecidos que acorriam aos centros urbanos conseguiam uma ocupação. Ao longo dos séculos II e I, quantidades cada vez maiores de desocupados proliferavam nas cidades (em Roma contavam-se aos milhares), constituindo-se numa massa em disponibilidade, pronta a lutar ao lado de um ou outro partido político. Daí o nome de "classe perigosa" pelo qual foi — esta massa, a plebe — conhecida. Com efeito, sua participação como massa de manobra foi intensa durante as crises — guerras civis — que marcaram o fim da República. Depois, sobretudo a partir da ascensão de Augusto ao poder, foram desmobilizadas (e assim mantidas por todo o Império, embora seu número continuasse a crescer) graças à política que se tornou a marca registrada do império, isto é, da dominação política romana: *panem et circenses* (pão e circo). Com os recursos, sempre mais abundantes provenientes das conquistas (em gêneros e dinheiro), o Estado satisfazia ao mesmo tempo o estômago (distribuição gratuita ou subvencionada dos cereais) e os sentidos (os espetáculos circenses) da plebe.

Por outro lado, muitos camponeses, apesar das dificuldades, continuaram no campo. Uns permaneciam como pequenos proprietários independentes,

categoria que, embora menos numerosa do que em épocas anteriores, continuou existindo Império adentro. Outros, sempre em virtude das transformações ocorridas no regime de propriedade, perderam suas terras e passaram a trabalhar sob o domínio de outros. Assim surgiram os *coloni*, camponeses livres que eram contratados por grandes proprietários. Os *partiarrii* (parceiros) pagavam o seu aluguel ao proprietário em espécie e os *conductores* (regidos pelo contrato de *locatio conductio* — contrato de locação) pagavam um aluguel fixo em dinheiro. No fim da República, um novo tipo de colono é atestado através da documentação: é o escravo ao qual o dono arrenda um lote de terra. Ainda que juridicamente ele continuasse sendo um escravo, de fato sua situação é idêntica à de um homem livre pobre dependente.

Ao analisar a composição da população romana em categorias, tal qual os próprios romanos instituíram, deparamo-nos com um quadro social extremamente complexo. Os critérios empregados são variados: jurídicos, morais, fundamentados na riqueza ou na posse da terra; e as categorias sociais apresentam-se justapostas. Isto sem contar as diferenças étnicas, geográficas e culturais que existiam em consequência das conquistas de novos territórios. Mas na verdade, para além das classes censitárias, das ordens, dos estatutos etc., a estrutura social romana reduzia-se à seguinte configuração básica: de um lado, o abismo existente dentro do próprio corpo cívico entre cidadãos proprietários e cidadãos sem

propriedades e, de outro, a oposição entre homens livres e escravos.

O Império

A transição da República ao Império foi realizada não sem grandes conflitos e lutas. A estrutura oligárquica de governo, estabelecida durante a República, mostrou-se — no séc. I — incapaz de integrar efetivamente o enorme território conquistado em toda a bacia do Mediterrâneo. A classe dirigente composta pelos senadores outorgava-se direitos exclusivos sobre a cidadania, a distribuição dos impostos e as decisões, excluindo assim do poder todo e qualquer segmento populacional das províncias. Estas sofriam os abusos de poder, as confiscações e extorsões dos arrecadadores de impostos e embaixadores do Senado romano. O comportamento extremamente conservador da classe senatorial mostrava-se incompatível com a necessidade de atender pelo menos às elites provinciais, tendo em vista manter unificado o território conquistado. Diante desta situação, os diferentes membros da oligarquia dominante propunham alternativas também diferentes como solução à crise, provocando, assim, entre os partidos e as facções políticas, lutas que se prolongaram por quase um século. O estabelecimento do Império, na verdade, foi a solução política encontrada para assegurar a estabilidade do poder e anular os conflitos existentes entre as várias facções.

Mas a crise do final da República possuiu igualmente outros aspectos, um deles representado pelas fortíssimas tensões existentes no seio do próprio exército. É preciso lembrar que seu contingente era constituído essencialmente por camponeses que haviam abandonado as suas terras. Durante dezenas de anos, gerações de agricultores e pastores partiam para as guerras de conquista e, em troca deste sacrifício, recebiam um parco soldo, vestimentas e alimentação. Sua ambição de continuar sendo proprietários de terras, razão de ser de todo cidadão romano, não era satisfeita de um modo regular. Senadores e cavaleiros (*equites*) eram os únicos a lucrar com a expansão territorial, acumulando enormes riquezas em contribuições, extorsões, terras e escravos. Os fatos de tal forma ocorriam que, durante o último século antes de Cristo, os exércitos tendiam a apoiar mais os generais vitoriosos, que podiam oferecer-lhes maiores gratificações, do que o próprio Estado romano, a quem teoricamente deviam fidelidade. Assim sendo, cada general que lutava pelo poder no fim da República pôde contar com exércitos fiéis que o apoiassem.

Quando Otávio (Augusto) assumiu o poder em Roma no ano 27 a.C., muitas eram as reformas a serem empreendidas. Estas inicialmente permitiram a unidade política do imenso território conquistado por Roma e a criação do Império. O novo Estado fundado por Augusto garantiu, igualmente, a continuidade da estrutura econômico-social estabelecida durante a República. A primeira destas reformas, e

uma das mais importantes, foi a liberação do campo-nês da obrigação do serviço militar, através da abolição da conscrição (recrutamento de soldados entre os camponeses) e da profissionalização do exército. Ao mesmo tempo foram distribuídos lotes de terra aos soldados já desmobilizados, de forma a diluir as tensões existentes. Augusto também procurou pacificar o território já conquistado, estabilizando as fronteiras do Império e fazendo com que as guerras deixassem de ser sistemáticas. O sistema fiscal para as províncias igualmente sofreu reformulações: foram nomeados funcionários, remunerados pelo Estado, para controlar a arrecadação de impostos. Estes, por sua vez, passaram a ser rigidamente fiscalizados para evitar abusos, corrupção e extorsões.

No nível governamental, as mais elevadas funções (Senado e outras magistraturas) foram abertas aos membros das famílias municipais italianas, inaugurando uma época de aproximação política com as províncias. O poder anteriormente em mãos do Senado passou a ser centralizado pelo Imperador. Mesmo assim, a classe senatorial, renovada com os contingentes das aristocracias italianas, continuou sendo a classe dirigente, à medida que conservou o poder sobre a máquina administrativa do Estado Imperial, Estado este que, no fundo, representava os seus interesses.

Augusto também incentivou a criação de um vasto sistema de comunicações e a urbanização em todas as províncias imperiais, gerando muitos empregos para os cidadãos desocupados.

Os dois primeiros séculos do Império foram conhecidos, não sem motivos, como a época da *Pax Romana*. Mais bem administrado, o Império tornou-se mais próspero, principalmente as províncias que agora começavam a receber maior atenção. As ações piratas no Mediterrâneo e o clima de instabilidade em algumas províncias foram rigidamente reprimidos. O Mar Mediterrâneo transformou-se em um imenso lago, o *mare nostrum*, onde os navios circulavam com segurança, levando cargas preciosas de um lugar para outro do Império. As localidades litorâneas comunicavam-se com o interior através de um complicado sistema de estradas. Os imperadores que se seguiram a Augusto — e principalmente os Antoninos (séc. II d.C.) — estimularam pessoalmente a construção de cidades sofisticadas, com edifícios públicos, serviços de água e esgoto etc. Surgiram inúmeras oficinas manufatureiras em todo o Império e o comércio foi intensificado principalmente no interior de cada província. Na Itália, em Arretium, e, mais tarde, na Gália, as oficinas de cerâmica *sigillata* conheceram a produção em série. A metalurgia, a indústria do vidro, a dos tijolos, dos têxteis, do sabão e dos perfumes são outras manufaturas que floresceram nesta época. O trabalho nas pedreiras foi intensificado a fim de fornecer as pedras e o mármore para as construções, e as minas produziam mais do que nunca. Assim descreve Elio Aristides (séc. II d.C.) o estado de bem-estar desfrutado durante o período dos Antoninos: "Todo mundo parece estar em festa, as pessoas perderam o seu velho as-

pecto sombrio e grave para entregar-se com absoluta liberdade aos gozos e às alegrias da vida. Todas as cidades renunciaram às suas velhas rivalidades e, ao contrário, estão animadas por uma mesma emulação: apresentar-se como as mais belas, as mais prazenteiras. Por todos os lados vêem-se ginásios, fontes, propileus, templos, oficinas e escolas" (26,k 97; citado em Bernardi, pp. 41-42). De fato, a unidade política, social e econômica conseguida durante o séc. II d.C. possibilitou a promulgação em 212 d.C. da *Constitutio Antoniniana*, que estendia a cidadania romana a todos os habitantes do Império.

Se tomarmos o Império como um todo, observaremos que o que ocorreu foi uma descentralização das atividades econômicas com relação à Península Itálica. Ali, tanto a manufatura quanto o grande comércio entraram em declínio já que não era mais necessário exportar muitos produtos que as províncias passaram a fabricar. Paralelamente a esta descentralização econômica, constatou-se a provincialização de poder como forma de integração das diversas regiões do Império. Os imperadores que se seguiram a Augusto vieram inicialmente do território italiano e mais tarde de províncias mais afastadas, como a Espanha.

Apesar do grande desenvolvimento da manufatura e do comércio, o trabalho na terra continuou sendo a principal atividade econômica em todo o Império. A camada urbana cuja fonte de riqueza era o comércio ou a indústria, como na República, continuava investindo sua fortuna na aquisição de terras.

“A inversão (de capitais) em terras respondia a um instinto profundo do homem antigo. Constituía uma condição insubstituível de prestígio pessoal” (A. Bernardi, pp. 45-6). Este mesmo autor assinala que o capital destinado à atividade comercial e aos empréstimos representava 1% dos capitais investidos em terras. Os negociantes eram malvistas e considerados inferiores se se dedicassem exclusivamente a este tipo de atividade.

A descentralização da manufatura e a maior limitação do comércio às províncias representaram, entre outras coisas, um empecilho a um desenvolvimento mais aprofundado destas atividades. De acordo com P. Anderson: “... a expansão quantitativa marcada pelo número de cidades de tamanho médio ou maior que vieram à luz no decurso dos dois primeiros séculos do Império não se fez acompanhar de uma modificação qualitativa da estrutura de conjunto da produção no interior da cidade. Nem a indústria nem o comércio puderam jamais ultrapassar os limites estritos lançados pela economia antiga no seu conjunto, tanto no domínio da acumulação do capital como da experiência. A regionalização das manufaturas, em virtude do custo do transporte, opunha-se a toda concentração industrial, bem como ao desenvolvimento de uma divisão do trabalho mais arrojada nas manufaturas” (pp. 87-8).

Por outro lado, o campo não acompanhou a vitalidade econômica observada nas cidades. O tipo ideal de propriedade continuou sendo — pelo menos durante o séc. I d.C. — as *villae* médias, de produção

mista e trabalhadas por escravos. Estas propriedades, segundo o manual agrícola de Columella (*De Re Rustica*, séc. I d.C.), deveriam ser trabalhadas em um sistema intensivo de produção: os setores deviam ser cuidadosamente integrados, de sorte que as atividades de cada um contribuíssem ao máximo ao funcionamento da *villa* como um todo. Este tipo "científico" de exploração agrícola exigia uma habilidosa orientação da força de trabalho e do cronograma das várias operações. O encarregado de supervisionar estas atividades, o *vilicus*, devia estabelecer as equipes de escravos e proporcionar-lhes o treinamento adequado. Estas equipes em geral compunham-se de aproximadamente dez escravos, de sorte que o controle do trabalho fosse mais fácil e o rendimento mais visível. Ainda que este tipo ideal de exploração da terra tenha sido constatado durante o séc. I d.C. e mesmo anteriormente, na Península Itálica e em províncias do Ocidente, a tendência de arrendamento de lotes de terra a colonos, já presente em fins da República, fazia-se sentir cada vez mais. Plínio, O Jovem, grande proprietário de terras e que nos deixou muitas cartas do período de passagem entre os sécs. I e II d.C., revela-nos como arrendava suas terras primeiro a parceiros e depois a colonos obrigados ao pagamento de um aluguel em dinheiro.

O arrendamento de grandes extensões de terras foi uma prática comum principalmente nos grandes domínios imperiais, ou nas propriedades do Estado. Alugava-se a alguns indivíduos que por sua vez subarrendavam aos camponeses que iam explorar dire-

tamente a terra. À medida que a falta de escravos crescia, e isto, como veremos adiante, deu-se principalmente a partir do séc. III d.C., esta tendência ao arrendamento se acentuava. Houve um momento em que o sistema de exploração predominante consistia em uma *villa* média trabalhada por escravos e mais diretamente controlada pelo proprietário, localizada no centro da propriedade, rodeada por lotes arrendados. Por fim, no séc. III d.C., foi dado um novo passo no sentido de transformar o pouco do trabalho livre que restara no campo em servidão: leis sucessivas tornavam o pequeno arrendatário preso à sua terra, de modo a facilitar a cobrança de impostos.

* * *

Se, a partir do séc. II, constata-se o apogeu do sistema escravista e do tráfico, nos dois primeiros séculos da nossa era percebe-se, de início, uma estabilidade e, em seguida, um lento e gradual declínio da escravidão.

A condição do escravo no Império quase não se alterou com relação ao período republicano. Isto quer dizer que a sua situação concreta continuava dependendo do seu dono, ou do tipo de trabalho que realizava, se no campo ou na cidade, etc. A alteração mais importante com relação à escravidão deu-se no nível da evolução do tráfico como um todo. A obtenção das grandes quantidades de escravos necessárias para os trabalhos agrícolas e outros estava sujeita, desde o começo, à realização de guerras e à conquista

de territórios novos. O fechamento e a estabilidade das fronteiras perseguidos e levados a cabo por Augusto e pelos imperadores seguintes acabaram por privar o Império de seus "reservatórios" de mão-de-obra. Por outro lado, a repressão das ações de pirataria que ocasionalmente poderiam proporcionar escravos também ajudou na queda da oferta de mão-de-obra escrava. Como resultado disso, verificou-se uma forte elevação no preço dos escravos durante todo o séc. I e o II d.C. Paralelamente, a reprodução dos escravos dava-se com certas dificuldades. Afora a falta de interesse dos proprietários neste sentido, é conhecido o desequilíbrio de sexos entre os escravos, existindo muito mais homens que mulheres. Some-se a isto o fato de os escravos rurais viverem frequentemente presos nas *ergastula* e os casamentos serem praticamente inexistentes. Por outro lado, o crescimento da população livre era insuficiente para suprir a deficiência do fornecimento de escravos.

Apesar de métodos "científicos" de exploração da terra, pregados por Catão, Columella e outros, do aproveitamento máximo da mão-de-obra nas diferentes atividades agrícolas de uma propriedade e de todas as vantagens do sistema intensivo de produção, o aumento efetivo da produtividade só podia ser atingido com o aumento quantitativo da mão-de-obra. A dinâmica do sistema de trabalho escravo fundamentava-se muito mais na captura de mão-de-obra e na expansão do território conquistado do que na própria exploração da terra ou na acumulação de capitais. É neste quadro que se pode situar correta-

mente a lentidão do progresso tecnológico verificado na antiguidade. Não que as invenções não tenham existido; o que, de fato, ocorreu foi que elas não foram amplamente aproveitadas. Com efeito, as invenções realizadas no campo da produção agrícola durante o império foram importantíssimas. Como bem lembra P. Anderson, basta citar a roda hidráulica e a ceifadeira "mecânica", inventadas durante a época de Augusto e que tiveram uma expansão mínima no Império. Como explicar isto? Se por um lado o escravo desapropriado de seu trabalho não tinha estímulo pessoal algum em aumentar a produtividade (evidentemente com exceção daqueles que podiam pensar na manumissão), por outro, a iniciativa também não poderia partir do pequeno camponês livre, absorto no esforço cotidiano da sobrevivência. A inovação tecnológica só poderia partir dos grandes proprietários, os únicos que talvez tivessem interesse no aumento da produtividade. Mas, onde a propriedade da terra em si é fonte de dignidade e prestígio, também o proprietário não é motivado neste sentido. Citando P. Anderson: "... as invenções de indivíduos isolados podem permanecer no limbo durante séculos à espera do aparecimento das relações sociais capazes de as explorar no seio de uma tecnologia integrada" (p. 87).

Deve ser ressaltado também que a unidade política entre as províncias camuflava divergências enormes não só do ponto de vista cultural como também do econômico e social. As diferenças entre a parte Ocidental do Império, escravista até as últimas con-

seqüências, e a Oriental, onde o poder romano tinha se sobreposto a milênios de tradição, adquiriam cada vez maior nitidez. O comércio e a manufatura, como vimos, desenvolveram-se somente até certo ponto, não conseguindo inverter a posição de predominância com relação à agricultura. E, finalmente, as cidades, apesar de todo o seu brilho e desenvolvimento, não conseguiram alcançar sua autonomia sobre o campo. Continuavam sendo prolongamentos do mundo agrícola e centros das decisões referentes à terra.

Estes são os fatores que levaram o Império à crise do séc. III d.C. Durante todo este século até as reformas de Diocleciano, iniciadas em 284, o Império sofreu uma grave crise que se manifestou em todos os níveis, provocando lesões irreversíveis em sua estrutura: os conflitos fronteiriços com os povos bárbaros intensificaram-se até o ponto de a própria Roma sentir-se obrigada a construir novas muralhas; a desvalorização monetária atingiu o auge; o vazio de poder concretizou-se na sucessão violenta de imperadores militares que não conseguiam manter sua autoridade; o sistema de impostos desintegrou-se trazendo seriíssimas conseqüências para os cofres públicos (que vinham minguando desde quando começaram a faltar as injeções de recursos provenientes dos tesouros obtidos nas conquistas); o campo foi abalado por revoltas camponesas, além da falta de mão-de-obra que já analisamos; e, finalmente, a partir destas crises verificou-se — em todo o Império — uma tendência à ruralização e à auto-suficiência dos domínios como forma de sobrevivência. A partir das

reformas fiscais de Diocleciano e de imperadores posteriores, esta última tendência adquire maior vigor, pois as aristocracias provinciais passavam a recusar sua participação nos respectivos governos locais, como forma de fugir aos enormes impostos e encargos que esta exigia. Ademais, a volta à conscrição, também adotada a partir de Diocleciano, não levava em conta absolutamente a falta de braços no campo. A redivisão das províncias e o conseqüente aumento da administração imperial aumentaram enormemente os gastos do tesouro público, acarretando a elevação permanente dos impostos, gerando insatisfação por toda parte. Os problemas relativos ao fisco tiveram grande peso na decadência do Império nos séculos III e IV d.C. Com efeito, a política de impostos visava substituir os recursos provenientes do exterior — tão importantes para o funcionamento da estrutura imperial —, pois uma vez que já não se realizavam conquistas apelava-se à taxação da produção agrícola. Mas, de modo geral, o grande proprietário tinha sempre recursos para subornar os funcionários imperiais e fugir dos impostos, enquanto estes recaíam com força sobre o pequeno arrendatário. Frequentemente o senhor de terras recolhia os impostos de seus colonos e sonegava o seu próprio. De modo que, por mais medidas que os imperadores tomassem, os cofres públicos continuavam carentes dos recursos necessários para fazer funcionar com eficácia a enorme máquina administrativa imperial.

As reformas realizadas por Diocleciano e os

imperadores seguintes, embora tivessem conseguido prolongar por mais dois séculos (sécs. IV e V d.C.) a vida do Império, alteraram-lhe a fisionomia transformando-o naquilo que Engels tão bem expressou na conhecida obra *A origem da família, da propriedade e do Estado*: "O Estado romano tinha-se tornado uma máquina imensa e complicada, destinada exclusivamente à exploração dos súditos; impostos, prestações pessoais ao Estado e encargos de todas as espécies mergulhavam a massa do povo numa pobreza cada vez mais aguda. As extorsões dos governadores, dos fiscais e dos soldados reforçavam a opressão, tornando-a insuportável. Essa era a situação a que o Estado romano havia levado o mundo. No interior, um direito baseado na manutenção da ordem; no exterior, baseado na proteção contra os bárbaros — mas a ordem deles era pior que a pior desordem, e os bárbaros contra os quais os cidadãos estavam a ser protegidos eram esperados como salvadores".

Assim, é importante notar que as famosas invasões bárbaras de fins do séc. IV e início do V d.C. nada mais fizeram do que dar o golpe de misericórdia em um organismo já tomado por contradições insuperáveis. Observe-se igualmente que a parte do Império que sucumbiu às invasões bárbaras foi o Ocidente: a Itália e as províncias ocidentais, Gália, Espanha, Bretanha e Germânia. Ora, o Ocidente representava a porção do Império que em época anterior à dominação romana não havia conhecido um desenvolvimento relevante como as províncias orientais. Exatamente a Gália e a Espanha tinham rece-

bido, com toda a intensidade, a estrutura econômico-social desenvolvida na Península Itálica. No Ocidente, o modo de produção fundamentado na escravidão tinha vivido ao máximo suas possibilidades e as suas contradições e, ali mesmo, foi destruído.

CONCLUSÃO

Yinos que não sabem o bello, chamado pela vida urbana do mundo grego-romano, os escravos e os senhores não vivem juntos de um lado e do outro. A agricultura e o pastoreio constituem-se sempre nas principais atividades econômicas, determinando o destino da maioria da população. Desde os tempos pré-históricos, passando pelo período clássico, até o final do Império Romano, a propriedade da terra permaneceu como a condição básica para que o cidadão gozasse de poder e prestígio. Ainda que as atividades próprias à cidade, como o comércio e a manufatura tivessem se desenvolvido consideravelmente, nunca conseguiram impor-se como forças produtivas de peso na economia como um todo, e a sua dependência do campo nunca foi superada. A cidade era ainda mais um centro de consumo do que produtora de produtos. A moeda que tanta utilização teve na antiguidade funcionava



CONCLUSÃO

Vimos que não obstante o brilho alcançado pela vida urbana do mundo greco-romano, sua estrutura sócio-econômica não deixou jamais de ser eminentemente agrária. A agricultura e o pastoreio constituíram-se sempre nas principais atividades econômicas, determinando o destino da maioria da população. Desde os tempos homéricos, passando pelo período helenístico, até o final do Império Romano, a propriedade da terra permaneceu como a condição básica para que o cidadão gozasse de poder e prestígio. Ainda que as atividades próprias à cidade, como o comércio e a manufatura, tivessem se desenvolvido consideravelmente, nunca conseguiram impor-se como forma produtiva de peso na economia como um todo, e a sua dependência do campo nunca foi superada. A cidade era muito mais um centro de consumo do que propriamente de produção. A moeda que tanta utilização teve na antiguidade funcionava

simplesmente como instrumento de troca, sem jamais ser um elemento da reprodução do capital. A acumulação de riquezas realizava-se do modo mais simples. Segundo Finley: "a forte tendência para adquirir riqueza não se traduzia numa tendência para criar capital, dito de outro modo, a mentalidade dominante era aquisitiva mas não produtiva".

Por outro lado, aceita-se comumente que a cidade no mundo greco-romano foi o quadro em que toda a civilização antiga se desenvolveu. Ora, é preciso compreender que no decorrer da antiguidade clássica ela foi um prolongamento do campo. Nela, pequenos e grandes proprietários tomavam as decisões; e os que tinham direito a pleitear uma propriedade faziam aí as suas reivindicações. Este é o caráter peculiar da cidade antiga. As atividades propriamente urbanas — comércio e manufatura — não interferiam nessa sua característica fundamental. Evidentemente, como vimos, existiam, na antiguidade, cidades fundadas com a finalidade de estabelecer contatos comerciais com regiões diferentes, mas estes eram casos especiais. É de Marx a célebre frase: "A história antiga clássica é a história das cidades, porém, de cidades baseadas sobre a propriedade da terra e na agricultura" (*Formações econômicas pré-capitalistas*).

Outro traço fundamental da sociedade antiga e, em grande medida, através do qual ela se define é a *escravidão*. O escravo é na antiguidade o instrumento animado da produção. Como tal ele não é parte integrante da sociedade dos homens, ele está fora do

quadro da cidade. Nesse sentido, ainda que a compreensão da oposição entre escravo e cidadão seja essencial para a caracterização da sociedade antiga, ela não aparece como a oposição principal. As lutas sociais na antiguidade davam-se entre cidadãos, proprietários e não proprietários. As revoltas de escravos eram sempre o produto da explosão desesperada contra as condições precárias de vida a que estavam submetidos e não tentativas de modificação estrutural da sociedade. Como ressalta Vernant: "... é em outro plano que a oposição (entre cidadãos e escravos) desempenhou um papel decisivo: a resistência dos escravos — no seu conjunto, como grupo social — ante seus senhores manifestou-se ao nível das forças produtivas. (...) Neste plano, a oposição entre escravos e proprietários revestirá, com a generalização do emprego da mão-de-obra servil, o caráter de contradição fundamental do sistema de produção escravista. Com efeito, neste sistema em que o progresso técnico encontra-se, no conjunto, bloqueado ou pelo menos fortemente freado, a extensão da escravidão aparece como o único meio de desenvolver as forças produtivas. Mas, ao mesmo tempo, a oposição dos escravos a seus senhores, sua resistência, sua inevitável má vontade na execução das tarefas fixadas, contra-arrestam este progresso, impondo-lhe do ponto de vista do rendimento limites cada vez mais estreitos, enquanto, no plano da quantidade das forças produtivas, a multiplicação do número de escravos não pode prosseguir indefinidamente sem pôr em perigo o equilíbrio do sistema social. Igual-

mente, pode-se concluir que a partir de um determinado estágio, a oposição entre escravos e aqueles que os utilizam torna-se a contradição fundamental do sistema, mesmo que (...) ela não apareça como a contradição principal” (pp. 28-9).

Finalmente, deve ser lembrado que se a escravidão existiu sempre no mundo greco-romano, não foi com a mesma intensidade e abrangência em todos os locais e épocas; mais ainda, que coexistiu sempre, lado a lado, com outras formas de trabalho compulsório e livre. Na antiguidade existiram sempre várias categorias de trabalhadores na situação “entre a escravidão e a liberdade”, como os próprios libertos ou os hilotas e outros que mencionamos no texto. Se a escravidão e a sua contínua expansão foi responsável, em última instância, pela ruína do mundo clássico, provocada pelas contradições inerentes ao seu funcionamento, sua existência, mesmo como forma dominante, não impediu e não extinguiu por completo o trabalho livre.



INDICAÇÕES PARA LEITURA

A bibliografia sobre os temas aqui tratados é vastíssima. Infelizmente, são raros os títulos em português. Limitar-me-ei a indicar aqui apenas aqueles que serviram mais diretamente na elaboração deste livro.

1. Sínteses

Anderson, P. *Les passages de l'antiquité au féodalisme*. Paris, Maspero, 1977 (1974).

Veja-se em especial a I parte que trata do modo de produção escravista na Grécia e em Roma.

Annequin, J. (org.) *Formas de exploração do trabalho e relações sociais na antiguidade clássica*. Ed. Estampa, Lisboa, 1978 (1975).

Coletânea importante do ponto de vista teórico. Inclui textos de Finley, Schtaerman, Parain e outros.

Finley, M. I. *The ancient economy*. Berkeley, 1973

(edição portuguesa: Porto, Afrontamento, 1980).
Trabalho muito importante, que aborda com originalidade os principais problemas com relação à economia antiga.

Mossé, C. *Le travail en Grèce et a Rome*. Paris, PUF (Que sais-je?), 1966.

Westermann, W. *The slave systems of Greek and Roman Antiquity*. American Philosophical Society, 1955.

Trabalho clássico que reúne extensa documentação sobre a escravidão na antiguidade.

2. Grécia

Austin, M. e Vidal Naquet, P. *Économies et sociétés en Grèce ancienne* (périodes archaïque et classique). Paris, A. Colin, 1972.

Guia seguro para o estudo da Grécia. Inclui uma coletânea comentada, muito útil, de textos antigos.

Finley, M. I. *The ancient Greeks*. Pelican Books, 1966 (1963).

(Tradução espanhola: Barcelona, Labor.)

The World of Odysseus. New York Paperback, 1965.

(Tradução acessível portuguesa: Lisboa, Presença, 1972.)

Glötz, G. *História Económica da Grécia*. Lisboa, Cosmos, 1946 (1920).

Rostovtzeff, M. *História da Grécia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

Reedição dos capítulos referentes à Grécia do

livro: *A History of the Ancient World*.

Vernant, J. P. "La lutte de classes" em *Mythe et Société en Grèce Ancienne*. Paris, Maspero, 1974 (1965).

3. Roma

Bernardi, A. "Los problemas económicos del Imperio romano en la época de sua decadencia" em Cipolla, C. (org.) *La decadencia de los imperios*. Madri, Alianza ed., 1973 (1965).

Bloch, R. *Origens de Roma*. Lisboa, Ed. Verbo (Coleção Historia Mundi), 1971 (1963).

Heurgon, J. *Rome et la Méditerranée occidentale jusqu'aux guerres puniques*. Paris, PUF (Nouvelle Clio), 1969.

(Tradução espanhola: Barcelona, Labor, 1971.)

Nicolet, C. *Rome et la conquête du monde Méditerranéen*. Paris, PUF (Nouvelle Clio), 1977. Vol. 1: "Les structures de l'Italie romaine"; vol. 2: "Genèse d'un empire". (Veja-se especialmente o vol. 1).

Estes dois últimos livros apresentam excelentes sínteses a respeito dos principais problemas e polêmicas em torno do período da Realeza e da República romana.

Rostovtzeff, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro, Zahar.

Obra de divulgação de bom nível.

The Economic and Social History of the Roman Empire. (2 vols.) Oxford, 1957 (1926).

(Tradução espanhola: Madri, Espasa Calpe.)



Sobre a autora

Formada em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo (1973), onde obteve seu título de Mestre em Arqueologia Mediterrânea (1978). Participou de escavações arqueológicas no México (1972 e 1973) e na Amazônia (1973). Lecionou no ensino secundário em São Paulo em 1974 a 1981.

Atualmente é pesquisadora no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.



Coleção Primeiros Passos
Uma Enciclopédia Crítica



ABORTO
AÇÃO CULTURAL
ACUPUNTURA
ADMINISTRAÇÃO
ADOLESCÊNCIA
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
AIDS
AIDS - 2ª VISÃO
ALCOOLISMO
ALIENAÇÃO
ALQUIMIA
ANARQUISMO
ANGÚSTIA
APARTAÇÃO
ARQUITETURA
ARTE
ASSENTAMENTOS RURAIS
ASSESSORIA DE IMPRENSA
ASTROLOGIA
ASTRONOMIA
ATOR
AUTONOMIA OPERÁRIA
AVENTURA
BARALHO
BELEZA
BENZEÇÃO
BIBLIOTECA
BIOÉTICA
BOLSA DE VALORES
BRINQUEDO
BUDISMO
BUROCRACIA
CAPITAL
CAPITAL INTERNACIONAL
CAPITALISMO

CETICISMO
CIDADANIA
CIDADE
CIÊNCIAS COGNITIVAS
CINEMA
COMPUTADOR
COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL
COMUNICAÇÃO RURAL
COMUNIDADE ECLESIAL
DE BASE
COMUNIDADES ALTERNATIVAS
CONSTITUINTE
CONTO
CONTRACEPÇÃO
CONTRACULTURA
COOPERATIVISMO
CORPO
CORPOLATRIA
CRIANÇA
CRIME
CULTURA
CULTURA POPULAR
DARWINISMO
DEFESA DO CONSUMIDOR
DEMOCRACIA
DEPRESSÃO
DEPUTADO
DESENHO ANIMADO
DESIGN
DESOBEDIÊNCIA CIVIL
DIALÉTICA
DIPLOMACIA
DIREITO
DIREITO AUTURAL

Coleção Primeiros Passos
Uma Enciclopédia Crítica



DIREITOS DA PESSOA
DIREITOS HUMANOS
DOCUMENTAÇÃO
ECOLOGIA
EDITORA
EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EDUCAÇÃO FÍSICA
EMPREGOS E SALÁRIOS
EMPRESA
ENERGIA NUCLEAR
ENFERMAGEM
ENGENHARIA FLORESTAL
ESCOLHA PROFISSIONAL
ESCRITA FEMININA
ESPERANTO
ESPIRITISMO
ESPIRITISMO 2ª VISÃO
ESPORTE
ESTATÍSTICA
ESTRUTURA SINDICAL
ÉTICA
ETNOCENTRISMO
EXISTENCIALISMO
FAMÍLIA
FANZINE
FEMINISMO
FICÇÃO
FICÇÃO CIENTÍFICA
FILATELIA
FILOSOFIA
FILOSOFIA DA MENTE
FILOSOFIA MEDIEVAL
FÍSICA
FMI

FOLCLORE
FOME
FOTOGRAFIA
FUNCIONÁRIO PÚBLICO
FUTEBOL
GEOGRAFIA
GEOPOLÍTICA
GESTO MUSICAL
GOLPE DE ESTADO
GRAFFITI
GRAFOLOGIA
GREVE
GUERRA
HABEAS CORPUS
HERÓI
HIEROGLIFOS
HIPNOTISMO
HIST. EM QUADRINHOS
HISTÓRIA
HISTÓRIA DA CIÊNCIA
HISTÓRIA DAS MENTALIDADES
HOMEOPATIA
HOMOSSEXUALIDADE
IDEOLOGIA
IGREJA
IMAGINÁRIO
IMORALIDADE
IMPERIALISMO
INDÚSTRIA CULTURAL
INFLAÇÃO
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA 2ª VISÃO
INTELECTUAIS
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
IOGA

Coleção Primeiros Passos
Uma Enciclopédia Crítica



ISLAMISMO
JAZZ
JORNALISMO
JORNALISMO SINDICAL
JUDAÍSMO
JUSTIÇA
LAZER
LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS
LEITURA
LESBIANISMO
LIBERDADE
LÍNGUA
LINGÜÍSTICA
LITERATURA INFANTIL
LITERATURA POPULAR
LIVRO-REPORTAGEM
LIXO
LOUCURA
MAGIA
MAIS-VALIA
MARKETING
MARKETING POLÍTICO
MARXISMO
MATERIALISMO DIALÉTICO
MEDICINA ALTERNATIVA
MEDICINA POPULAR
MEDICINA PREVENTIVA
MEIO AMBIENTE
MENOR
MÉTODO PAULO FREIRE
MITO
MORAL
MORTE
MULTINACIONAIS
MUSEU

MÚSICA
MÚSICA BRASILEIRA
MÚSICA SERTANEJA
NATUREZA
NAZISMO
NEGRITUDE
NEUROSE
NORDESTE BRASILEIRO
OCEANOGRAFIA
ONG
OPINIÃO PÚBLICA
ORIENTAÇÃO SEXUAL
PANTANAL
PARLAMENTARISMO
PARLAMENTARISMO MONÁRQUICO
PARTICIPAÇÃO
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
PEDAGOGIA
PENA DE MORTE
PÊNIS
PERIFERIA URBANA
PESSOAS DEFICIENTES
PODER
PODER LEGISLATIVO
PODER LOCAL
POLÍTICA
POLÍTICA CULTURAL
POLÍTICA EDUCACIONAL
POLÍTICA NUCLEAR
POLÍTICA SOCIAL
POLUIÇÃO QUÍMICA
PORNOGRAFIA
PÓS-MODERNO
POSITIVISMO
PREVENÇÃO DE DROGAS

Coleção Primeiros Passos
Uma Enciclopédia Crítica



PROGRAMAÇÃO	SOCIOLOGIA DO ESPORTE
PROPAGANDA IDEOLÓGICA	STRESS
PSICANÁLISE 2ª VISÃO	SUBDESENVOLVIMENTO
PSICODRAMA	SUICÍDIO
PSICOLOGIA	SUPERSTIÇÃO
PSICOLOGIA COMUNITÁRIA	TABU
PSICOLOGIA SOCIAL	TARÔ
PSICOTERAPIA	TAYLORISMO
PSICOTERAPIA DE FAMÍLIA	TEATRO NO
PSQUIATRIA ALTERNATIVA	TEATRO
PUNK	TEATRO INFANTIL
QUESTÃO AGRÁRIA	TECNOLOGIA
QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA	TELENOVELA
QUÍMICA	TEORIA
RACISMO	TOXICOMANIA
RÁDIO EM ONDAS CURTAS	TRABALHO
RADIOATIVIDADE	TRADUÇÃO
REALIDADE	TRÂNSITO
RECESSÃO	TRANSPORTE URBANO
RECURSOS HUMANOS	TROTSKISMO
REFORMA AGRÁRIA	UMBANDA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	UNIVERSIDADE
REMÉDIO	URBANISMO
RETÓRICA	UTOPIA
REVOLUÇÃO	VELHICE
ROBÓTICA	VEREADOR
ROCK	VÍDEO
ROMANCE POLICIAL	VIOLÊNCIA
SEGURANÇA DO TRABALHO	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
SEMIÓTICA	VIOLÊNCIA URBANA
SERVIÇO SOCIAL	XADREZ
SINDICALISMO	ZEN
SOCIOBIOLOGIA	ZOOLOGIA
SOCIOLOGIA	



Do império greco-romano ficou uma imagem ornamentada, repleta de frases de sabedoria e obras de arte, mas, quase sempre, desprovida de bases econômicas e dinamismo histórico. É precisamente contra este vazio que surge este livro de Maria Beatriz Florenzano. As relações de propriedade, as formas de exploração da terra, os vínculos entre cidade e campo, entre senhor e escravo que, ao longo de quinze séculos de Antigüidade, constituíram os alicerces da riqueza e da cultura greco-romanas, revelam-se aqui despídos de todos os enfeites, numa linguagem acessível e saborosa.

ISBN 85-11-02039-X

MUNDO ANTIGO, O -
ECONOMIA E
SOCIEDADE

ISBN: 851102039X



9788511020397

brasiliense
B